



Tempo

ISSN: 1413-7704

secretaria,tempo@historia.uff.br

Universidade Federal Fluminense

Brasil

Amin, Samir

O Imperialismo, Passado e presente

Tempo, vol. 9, núm. 18, junio, 2005, pp. 77-123

Universidade Federal Fluminense

Niterói, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013389005>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O Imperialismo, Passado e Presente^{*}

Samir Amin **

Resumo

Este artigo oferece uma síntese da etapa atual do que o autor chama de terceiro momento de surto imperialista, iniciado em meados do século XX mas que ganhou características novas desde o fim da União Soviética e dos populismos nacionalistas do Terceiro Mundo: o imperialismo coletivo da tríade Estados Unidos/Europa/Japão, sob hegemonia estadunidense. O texto, bastante abrangente, insiste mais, em seu panorama do mundo a partir de tal perspectiva, nas chances de mudanças no sistema mundial que poderiam vir a emergir na Europa (na dependência, entre outros fatores, do estabelecimento de um eixo político Paris-Berlim-Moscou, com possíveis extensões asiáticas) e na China. O autor discorda das teorias que associam um inelutável declínio do Estado aos avanços na mundialização do capital.

Palavras-chave: imperialismo coletivo – capitalismo – globalização – novos monopólios dos países centrais

* Artigo recebido em janeiro de 2005 e aprovado para publicação em março de 2005.

** Professor de economia em Paris VIII e em Dakar. Foi Diretor do Instituto Africano de Desenvolvimento Econômico e de Planejamento da ONU, em Dacar e atualmente é diretor do Fórum do Terceiro Mundo (Fórum du Tiers Monde) e Presidente do Fórum Mundial de Alternativas.

Tempo, Rio de Janeiro, nº 18, pp. 77-123

Abstract

This text proposes an outline of the current stage of what its author calls a third moment in the expansion of imperialism, which began around 1945 but gained new features since the end of the Soviet Union and of Third World's nationalist populisms. The mentioned third moment is labelled a 'collective imperialism' of the United States, Europe and Japan, under American hegemony. The article comprises many aspects of its subject but, while tracing an outline from its chosen perspective, it emphasizes the possibilities of changes in the world system which could eventually emerge in Europe (depending, among other factors, on the establishment of a political alliance Paris-Berlin-Moscow, with possible Asiatic extensions) and in China. The author does not agree with current theories which assert that the so-called 'globalization' implies an inevitable state decline.

Key-words: collective imperialism – capitalism – globalization – new monopolies of the central states

Resumé

Cet article résume l'étape actuelle de ce que l'auteur appelle un troisième moment dans l'expansion de l'impérialisme, commencé vers 1945 mais ayant gagné des caractères nouveaux depuis la fin de l'Union Soviétique et des populismes nationalistes du Tiers Monde. Ce troisième moment, celui d'un "impérialisme collectif" des États-Unis, de l'Europe et du Japon, serait soumis à l'hégémonie américaine. Le texte développe plusieurs aspects de son sujet, mais dans le tableau général qu'il trace l'auteur insiste surtout sur les possibilités de changement du système mondial qui pourraient avoir leur origine en Europe (ce qui dépendrait, entre autres facteurs, de l'établissement d'un axe politique Paris-Berlin-Moscou, avec des extensions possibles en Asie) et en Chine. L'auteur n'accepte pas les théories récentes qui affirment que ce qu'on appelle couramment la "globalisation" causerait le déclin inévitable de l'État.

Mots-clés: impérialisme collectif – capitalisme – globalisation – monopoles nouveaux des pays centraux

Observações preliminares

Propor uma perspectiva de conjunto do sistema mundial requer, evidentemente, uma seleção rigorosa dentre múltiplas possíveis abordagens analíticas, e requer também, entre outras coisas, destacar as relações de dominação/subordinação, de concorrência e de complementaridade entre os diferentes Estados e regiões que compõem o sistema global. Tal exercício é sempre perigoso e corre o risco de negligenciar a importância das dinâmicas internas próprias a cada um dos componentes nacionais e regionais.

Muitos dos vastos panoramas propostos, entre outros, pela “economia política internacional” (uma linha de pensamento e de análises cristalizada apenas há relativamente pouco tempo) incorrem nesse erro, o que reduz consideravelmente seu alcance, a despeito do valor e da importância incontestáveis das conclusões propostas. Não duvido que os autores dos melhores desses quadros históricos estejam plenamente conscientes da importância das dinâmicas internas próprias às sociedades em questão sem, no entanto, deixar de apontar sua articulação com as dinâmicas globais. Sou bastante crítico com relação ao paradigma no qual esses estudos se baseiam, que considera os Estados como constituindo uma categoria em si mesma, independentemente do conteúdo específico que define o Estado ao longo dos estágios sucessivos da história universal. Assim, esses estudos abordam com o mesmo método as relações entre Estados tribais, Estados dinásticos e Estados do capitalismo, como fundamentalmente adversários, e nada além disso, no seio do sistema dos Estados.

O paradigma da “economia-mundo” (Wallerstein, Arrighi, Frank e eu mesmo) apresenta o mesmo risco: o de transformar as determinações globais dominantes, que se impõem às dinâmicas internas nacionais e regionais, em “distantes da história”, negligenciando, por esse fato mesmo, as possíveis guinadas de percurso produzidas pelas transformações internas (para melhor, renovando as capacidades autônomas de agir de uma sociedade, ou para pior, mergulhando-a na regressão).

Minha opção é restituir à articulação dinâmica global/dinâmicas locais (elas mesmas específicas para cada grande etapa da história) toda a centralidade que, em minha humilde opinião, caracteriza a história da humanidade, e a torna “impossível” na média e na longa duração, quiçá no imediato, ou ao menos afeta as “previsões”, diminuindo os coeficientes de probabilidade, conduzindo-me a concluir que não há “leis da história” anteriores à própria história. “Tudo” não é obviamente possível, mas “muito” o é, como, aliás, nos recorda Marx ao afirmar que são os homens que fazem sua história, apesar de fazerem-na em condições que se lhes impõem. Eu mesmo defini a modernidade pela cristalização dessa nova consciência que substitui as alienações anteriores (“Deus faz a história”) ou aquela proposta posteriormente pela ideologia dominante do capitalismo (“a economia faz a história”). Devo precisar, contudo, que as páginas seguintes são centradas nas dinâmicas globais, limitando-se a apontar o que elas supõem nos contextos locais, que não

estão exclusivamente condenados a se “ajustar”, mas podem, ao contrário, pelo menos forçar o global a se “ajustar” às exigências de transformação impostas pela dinâmica do local. Creio dever lembrá-lo aqui ao leitor, porque a análise proposta não enfatiza as dinâmicas internas, mas somente faz menção a elas. Ao longo do texto, o leitor verá que concedi importância decisiva a essas dinâmicas internas para dois dos maiores centros do sistema moderno (a Europa e a China): o futuro do sistema global dependerá em larga escala de mudanças internas possíveis e particulares dessas duas regiões que poderão iniciar uma evolução para além “do imperialismo”.

Essa é necessariamente a opção dos que propõem não somente tentar conhecer melhor a realidade, mas ainda agir para transformá-la. A ação, para ser eficaz, deve poder tornar-se ação das “massas em movimento”, e essas se cristalizam em forças históricas primeiro nos planos definidos pela estrutura das sociedades componentes da sociedade mundial. Essas estruturas são as dos modos de produção definidos, das estruturações de classes deles decorrentes, das formas ideológicas e políticas através das quais essas realidades, simultaneamente conflituosas e complementares, se expressam. Os conflitos internos – sociais e políticos – determinam as políticas (econômicas e outras) que se impõem aos Estados. Por isso mesmo, eles têm grande peso sobre as estratégias que os Estados desenvolvem nos campos da realidade mundializada.

O Estado é e permanecerá ainda por muito tempo o ator principal que ocupa o primeiro plano da cena, acima das realidades nacionais (e dos conflitos e dos “equilíbrios” – sólidos ou frágeis – que delas resultam), e aparece no sistema mundial como o agente ativo por excelência de sua elaboração. Disto resulta que muitas análises propostas a respeito do sistema mundial tratam os Estados como unidades homogêneas e estáveis, algo que eles não são.

A preocupação – que é a minha – de inscrever-se na ação política transformadora implica em reconhecer toda a importância das transformações internas possíveis e desejáveis no interior desses Estados. Essa preocupação apresenta também outro risco, o de negligenciar (ou subestimar) o poder com o qual o quadro global impõe limites às transformações internas desejadas.

As principais forças políticas que não optaram pela “gestão do sistema tal como ele é” – sejam elas chamadas de “reformistas” ou “revolucionárias”, “socialistas”, “comunistas”, ou “nacionalistas”, no bom ou no mau sentido dos termos – são obrigatoriamente fundadas sobre a ação no interior dos Es-

tados e, em seguida, definem suas opções “exteriores” em função das exigências da progressão de seu projeto local. Elas são bastante tentadas, em virtude disso, a “simplificar” suas análises do sistema-mundo e a formular suas expressões ideológicas em termos que subestimam a potência das dinâmicas globais. Muitos dos partidos comunistas (através dos quais se expressaram os “marxismos históricos”), mas também uma grande proporção de partidos socialistas e daqueles oriundos de movimentos de libertação nacional, sofreram graves derrotas em consequência dessa subestimação. No plano da reflexão teórica, o paradigma da “economia mundo” surgiu justamente para corrigir a fixação abusiva sobre as dinâmicas locais e realçar as lógicas globais que as enquadram e as limitam.

A desordem completa que caracteriza nossa época alimenta e se alimenta de um convite à inação. A retórica dita “pós-modernista” merece seu nome: ela abandona o que considera como uma ilusão da modernidade (os seres humanos fazem a sua história). Resultado concreto (mesmo que não desejado por todos os “pós-modernistas”): renovação das alienações nauseabundas e reacionárias (pretensamente religiosas ou étnicas)! A inação se disfarça às vezes em proposição de ação em nível mundial, substituindo os níveis nacionais, declarados impotentes pela pretensa saída de cena dos Estados. Erro fatal: o próprio “liberalismo” – que apresenta essa leitura – é produto de políticas de Estado. O Estado é hoje o agente de execução necessário, a serviço exclusivo dos segmentos dominantes do capital (justamente os que são “mundializados”), como ele foi (e pode se tornar novamente) o agente de outras coalizões de forças sociais (é esse o sentido da democracia). A ação proposta em “nível mundial” se resume então a um repertório de “pequenas ações” – de ajuste e reparação de alguns danos – promovidas por uma constelação de ONGs que pretendem constituir a “sociedade civil”. Política nunca mais (esta é rejeitada sempre com horror): disso decorre, entre outras consequências, um recuo do potencial de democratização (reforçado por sua vez pelas novas alienações). Nunca mais “lutas de classes” (“cafonas”, obviamente). Deveríamos, no entanto, lembrarmo-nos que toda essa retórica foi inventada nos Estados Unidos (devemos saber que os “think tanks” inspirados pela CIA foram seus iniciadores), justamente como substituta para a democracia, reduzida assim à farsa dita eleitoral e pluripartidarista. Enredado nessa ideologia da passividade, Negri proclama, com uma extrema arrogância, que o “Império” é o “manifesto do altermundialismo”. Na realidade, ele não é nada

mais que o manifesto da direita inteligente que se empenha em cooptar o “altermundialismo” para aniquilar seu potencial transformador da realidade.

O título escolhido para as páginas que seguem (o imperialismo – passado e presente) refere-se diretamente à minha tese central, a saber, de que a expansão global do capitalismo foi imperialista em todas as etapas de sua história e assim permanece por todo o futuro vislumbrável (enquanto o sistema permanecer essencialmente fundado sobre a lógica do capitalismo). Esse é um ponto de vista que raramente é partilhado pelos analistas do sistema global (da “mundialização”). É, aliás, a razão pela qual as transformações do sistema são geralmente lidas como a resultante exclusiva das relações entre dominantes (as “grandes potências”), o que conforta o preconceito “occidentalocêntrico”. Por essa mesma razão, a reflexão exclui de seu campo de observação a enorme maioria dos povos do planeta (de 70 a 80%) e se abstém em consequência de propor o que quer que seja que possa realmente “mudar o mundo” (o verdadeiro, em sua totalidade).

A interação entre dinâmica interna (de ajuste ou de confronto) e dinâmica global (do capitalismo imperialista) produziu o que chamo de culturas políticas diferenciadas. Ela produziu, entre outras, as culturas políticas da submissão às exigências do capitalismo (o liberalismo estadunidense é a sua melhor expressão) e aquelas de um novo questionamento das relações sociais fundamentais próprias ao capitalismo, produzidas pelas três grandes revoluções dos tempos modernos (a francesa, a russa e a chinesa). A construção de uma “alternativa” ao sistema do mundo atual deve partir da releitura – crítica e autocrítica – daquilo que as forças políticas que reivindicaram essas revoluções (e os marxismos históricos aí se incluem) deduziram a partir delas em termos de estratégias de ação. Ela implica a produção de uma nova cultura política de esquerda à altura do desafio.

O imperialismo, estágio permanente do capitalismo mundializado realmente existente

A confusão mantida no discurso dominante entre o conceito de “economia de mercado” e o de capitalismo está na raiz de um enfraquecimento perigoso da crítica dirigida às políticas em curso. O “mercado”, que se refere naturalmente à concorrência, não é o “capitalismo”, cujo conteúdo é definido precisamente pelos limites à concorrência decorrentes do monopólio ou

oligopólio (de alguns, excluindo os demais) da propriedade privada. O “mercado” e o capitalismo constituem dois conceitos distintos. O capitalismo realmente existente é de fato o contrário do mercado imaginário.

Além disso, o capitalismo encarado abstratamente como modo de produção se baseia num mercado integrado em suas três dimensões (mercado dos produtos do trabalho social, mercado de capitais, mercado de trabalho). Mas o capitalismo considerado como sistema mundial realmente existente se baseia na expansão mundial do mercado somente nas duas primeiras dimensões. Assim, encontra-se excluída a constituição de um verdadeiro mercado mundial de trabalho, em virtude da persistência das fronteiras políticas de Estado, apesar da mundialização econômica, sempre mutilada. Por essa razão, o capitalismo realmente existente é necessariamente polarizador em escala mundial e o desenvolvimento desigual que ele institui torna-se uma violenta contradição que cresce constantemente e não pode ser superada no quadro da sua própria lógica.

Os “centros” são produto da história. Esta permitiu, em determinadas regiões do sistema capitalista, a constituição de uma hegemonia burguesa nacional e de um Estado que também qualificaremos como capitalista nacional. Burguesia e Estado burguês são aqui inseparáveis; e somente a ideologia “liberal” pode, contra toda a realidade, falar de uma economia capitalista fazendo abstração do Estado. O Estado burguês é nacional quando ele domina o processo de acumulação, evidentemente nos limites das coações exteriores. Nesse caso, essas coações são intensamente relativizadas pela sua própria capacidade de reagir à sua ação, e até mesmo, de participar em sua elaboração.

Quanto às “periferias”, elas se definem simplesmente de forma negativa: são as regiões que, no sistema capitalista mundial, não são erigidas como centros. São então os países e regiões que não dominam localmente o processo de acumulação, que é, pois, definido principalmente pelas coações externas. As periferias não são, por essa razão, “estagnantes”, apesar de seu desenvolvimento não ser similar ao que caracteriza os centros nas etapas sucessivas da expansão global do capitalismo. A burguesia e o capital local não são necessariamente ausentes da vida social e política local, e as periferias não são o sinônimo de “sociedades pré-capitalistas”. Mas a existência formal do Estado não é sinônimo de Estado capitalista nacional – mesmo que a burguesia local controle amplamente esse aparelho –, se ela não dominar o processo de acumulação.

O imperialismo, então, não é um estágio – nem mesmo o estágio supremo – do capitalismo. Ele é, desde a origem, imanente à sua expansão. A conquista imperialista do planeta pelos europeus e seus filhos norte-americanos se desdobrou em dois tempos e dá início talvez a um terceiro.

O primeiro momento desse desenvolvimento devastador do imperialismo foi organizado em torno da conquista das Américas, no quadro do sistema mercantilista da Europa atlântica da época. As devastações desse primeiro capítulo da expansão capitalista mundial (genocídio dos índios, tráfico de escravos africanos) produziram – com atraso – as forças de libertação que questionaram as lógicas que as comandavam. A primeira revolução do continente foi a dos escravos de São Domingos (atualmente Haiti), no fim do século XVIII, seguida mais de um século depois pela revolução mexicana dos anos 1910, e cinqüenta anos mais tarde pela de Cuba. E, se não enumero aqui a famosa “revolução americana”, nem a das colônias espanholas que rapidamente se seguiu, é porque, nesses casos, tratou-se apenas de uma转移ência de poder de decisão das metrópoles para os colonos para fazer a mesma coisa, ou seja, dar continuidade ao mesmo projeto com ainda mais brutalidade – sem ter que dividir os lucros com as “mães pátrias” de origem.

O segundo momento da devastação imperialista foi construído com base na revolução industrial e se manifestou pela submissão colonial da Ásia e da África. “Abrir os mercados” e apoderar-se das reservas naturais do globo eram as reais motivações, como é sabido hoje em dia. A agressão imperialista mais uma vez produziu as forças que combateram o projeto: as revoluções socialistas (da Rússia, da China, não por acaso situadas nas periferias vítimas da expansão imperialista e polarizadora do capitalismo realmente existente) e as revoluções de libertação nacional. Sua vitória impôs meio século de intervalo – o pós segunda guerra mundial – que contribuiu para a ilusão de que finalmente o capitalismo – obrigado a se ajustar a essas condições – estaria conseguindo se civilizar.

Estamos hoje nos confrontando com o início do desenvolvimento de uma terceira onda de devastação do mundo pela expansão imperialista, encorajada pela derrocada do sistema soviético e dos regimes do nacionalismo populista do terceiro mundo. Os objetivos do capital dominante permanecem os mesmos – o controle da expansão dos mercados, a pilhagem dos recursos naturais do planeta, a superexploração das reservas de mão-de-obra da periferia – ainda que operando em novas condições e, em certos aspec-

tos, muito diferentes daquelas que caracterizaram a fase precedente do imperialismo.

O legado do século XX: o Sul face à nova mundialização

1. Durante o “período de Bandung” (1955-1975) os Estados do terceiro mundo colocaram em marcha políticas de desenvolvimento de vocação auto-centrada (real ou potencial), quase exclusivamente em escala nacional, precisamente para reduzir a polarização mundial (para uma “recuperação do atraso”). O resultado do sucesso desigual dessas políticas foi um terceiro mundo contemporâneo bastante diferenciado.

De todo modo, mesmo onde foram mais marcados os progressos da industrialização, as periferias continuam a ser gigantescas “reservas”, entendendo por essa definição que proporções variáveis, mas sempre muito importantes de sua força de trabalho, são empregadas (quando o são) em atividades de baixa produtividade. A razão disso reside no fato de que as políticas de modernização – ou seja, as tentativas de “recuperação do atraso” – impõem escolhas tecnológicas modernas (para que sejam eficazes, e até competitivas), e que são extremamente custosas em termos de utilização de recursos escassos (capitais e mão-de-obra qualificada). Essa distorção sistemática é agravada ainda mais cada vez que a modernização em questão é combinada com uma desigualdade crescente na distribuição da renda. Nessas condições, o contraste entre os centros e as periferias continua sendo violento. Nos primeiros essa reserva passiva, que existe também, permanece minoritária (variável de acordo com os momentos conjunturais, mas sem dúvida quase sempre inferior a 20%); nos segundos ela sempre é majoritária.

2. Na hipótese de que as tendências dominantes em curso continuem sendo a força ativa principal para a evolução do sistema, tanto em seu conjunto quanto em suas diferentes partes componentes, como poderiam evoluir as relações entre o que eu definiria como o exército ativo de trabalho (o conjunto dos trabalhadores empregados nas atividades competitivas no mercado mundial, ao menos potencialmente) e a reserva passiva (os outros, ou seja, não somente os marginalizados e os desempregados, mas também aqueles empregados em atividades de baixa produtividade, condenados à pauperização)?

- (i) Nos centros será provavelmente impossível reconstituir por longo prazo um exército de reserva importante e recentralizar as atividades em torno

dos cinco monopólios (definidos mais adiante). O sistema político da tríade não permitirá tal façanha. De uma maneira ou de outra, explosões violentas farão então bifurcar o movimento para fora dos caminhos traçados pela opção neoliberal (insustentável por esse fator), seja à esquerda na direção de novos compromissos sociais progressistas, seja à direita naquela dos nacionalismos populistas de cunho fascista.

- (ii) Nas periferias, mesmo nas mais dinâmicas, será impossível que a expansão das atividades produtivas modernizadas consiga absorver as gigantescas reservas alocadas nas atividades de baixa produtividade, pelas razões evocadas mais acima. As periferias dinâmicas continuarão então a ser periferias, ou seja, sociedades atravessadas por todas as principais contradições produzidas pela justaposição de enclaves modernizados (mesmo que estes sejam importantes) cercados de um oceano pouco modernizado; essas contradições favorecem então a sua manutenção em posição subalterna, submissas aos cinco monopólios dos centros. A tese (desenvolvida entre outros pelos revolucionários chineses) segundo a qual apenas o socialismo pode responder aos problemas dessas sociedades permanece verdadeira, se entendermos por socialismo não uma fórmula acabada e pretensamente definitiva, mas um movimento articulando a solidariedade de todos, implementado por estratégias populares que assegurem a transferência gradual e organizada do oceano de reservas em direção aos enclaves modernos, por meios civilizados; isto exige a desconexão, ou seja, a submissão das relações exteriores à lógica dessa etapa nacional e popular da longa transição.

Acrescento que a noção de “competitividade” se encontra comprometida no discurso dominante, que a trata como um conceito micro-econômico (é a visão, míope, do empresário), quando na verdade é a eficácia dos sistemas produtivos (historicamente nacionais) que confere às empresas que os constituem a capacidade competitiva em questão.

A partir das observações e reflexões propostas aqui, vemos que o mundo, para além da tríade central, é constituído de três estratos periféricos.

* Primeiro estrato: os antigos países socialistas, a China, a Coréia, Taiwan, a Índia, o Brasil, o México que conseguiram construir sistemas produtivos nacionais (potencial ou realmente “competitivos”).

- * Segundo estrato: os países que ingressaram na industrialização, mas não conseguiram criar sistemas produtivos nacionais: países árabes, África do Sul, Irã, Turquia, países da América Latina. Há nestes, por vezes, estabelecimentos industriais “competitivos” (particularmente pela sua mão-de-obra barata), mas não há sistemas competitivos.
- * Terceiro estrato: os países que não ingressaram na revolução industrial. Eles só alcançam eventualmente a “competitividade” nos domínios regulados pelas vantagens naturais: minas, petróleo, produtos agrícolas tropicais.

Em todos os países dos dois primeiros estratos, as reservas “passivas” não puderam ser absorvidas e variam de 40% (Rússia) a 70% (Índia, China). No quarto mundo da África, essa proporção é evidentemente próxima ou superior a 90%. Falar, nessas condições, de um objetivo estratégico de “competitividade” é se deleitar com palavras que não significam nada.

Os novos monopólios dos centros

A posição de um país na pirâmide mundial é definida pelo nível da competitividade de sua produção no mercado mundial. Eu entendo que esta “competitividade” é o produto complexo de uma série de condições operando no campo de conjunto da realidade – econômica, política e social. Nesse quadro, as relações assimétricas centros/periferias construídas pelo desenvolvimento do imperialismo são fundadas nos “monopólios” dos quais os centros são os beneficiários. Esses são particulares e próprios a cada uma das sucessivas fases da mundialização do capitalismo imperialista.

Durante esse século e meio que se estende da revolução industrial (começo do século XIX) ao término do ciclo que se segue à segunda guerra mundial (por volta de 1970-1980) o monopólio em questão era o da indústria. O contraste centros/periferias era então praticamente sinônimo do contraste países industrializados/países não industrializados. Uma forma particular da lei do valor mundializado (que eu distingo da lei do valor “em geral”) definida por esse contraste governava então a reprodução do sistema em sua totalidade.

Compreende-se que, nessas condições, os movimentos de libertação nacional das periferias se propuseram por objetivo a industrialização de seus

países – com a finalidade de “recuperar o atraso”. Conseguindo impor isto por meio de sua vitória e obrigando o imperialismo a se ajustar a ela, a antiga forma do imperialismo é uma página virada.

Isto não significava em absoluto que as periferias estavam efetivamente engajadas num processo de “recuperação do atraso”, como proclamava a ideologia do desenvolvimento. Pois os centros estavam se reconstituindo pela implementação de “novos monopólios” frente à industrialização das periferias.

Nesse combate desigual, os centros colocam em marcha o que chamo de seus “cinco monopólios”, articulando a eficácia de suas ações. Esses cinco novos monopólios questionam então a teoria social em sua totalidade, e em minha opinião, são os seguintes:

- (i) Os monopólios no âmbito da tecnologia, monopólios que exigem gastos gigantescos que só o Estado – o grande e rico Estado – pode sustentar. Sem esse apoio – que o discurso liberal faz passar em silêncio – e, em particular, sem a manutenção das despesas militares, a maior parte desses monopólios não poderia ser mantida.
- (ii) Os monopólios no âmbito do controle de fluxos financeiros de envergadura mundial. A liberalização da implantação das principais instituições financeiras operando no mercado financeiro mundial conferiu a esses monopólios uma eficácia sem precedentes. Até recentemente, a maior fração da poupança em uma nação podia circular somente no espaço – geralmente nacional – comandado por suas instituições financeiras. Hoje isso não mais ocorre: essa poupança é centralizada pela intervenção de instituições financeiras cujo campo de operações é dobrante o mundo inteiro. Elas constituem o capital financeiro, o mais mundializado segmento do capital. Ocorre que esse privilégio repousa sobre uma lógica política que gera a aceitação da mundialização financeira. Essa lógica poderia ser recolocada em questão por uma simples decisão política de desconexão, mesmo que ela seja limitada à esfera das transferências financeiras. Por outro lado, os movimentos livres do capital financeiro mundializado operam dentro de parâmetros estabelecidos por um sistema monetário mundial fundado sobre o dogma da livre apreciação do valor das divisas pelo mercado (conforme uma teoria segundo a qual a moeda seria uma mercadoria como as outras) e sobre a referência ao dólar como moeda universal de fato. A primeira dessas condições não tem fundamento científico e a segunda apenas funciona

por falta de alternativa. Uma moeda nacional só pode preencher as funções de uma moeda internacional de maneira satisfatória se as condições de competitividade internacional permitirem a manutenção de um excedente estrutural nas exportações do país cuja moeda cumpre esta função, garantindo assim o financiamento por este país do ajuste estrutural dos demais. Era o caso no século XIX da Grã Bretanha. Não é o caso dos Estados Unidos hoje que, pelo contrário, financiam seus déficits com os empréstimos que eles impõem aos outros. Não é tampouco o caso dos concorrentes dos Estados Unidos: os excedentes do Japão e da Europa não chegam nem perto das necessidades financeiras exigidas pelo ajuste estrutural dos outros. Nessas condições, a mundialização financeira, longe de se impor “naturalmente”, é ao contrário de uma fragilidade extrema. Em curto prazo, ela engendra apenas uma instabilidade permanente e não a estabilidade necessária para que os processos de ajuste possam operar de maneira eficaz.

- (iii) Os monopólios no acesso aos recursos naturais do planeta. Os perigos devidos à exploração insensata desses recursos que o capitalismo – fundado sobre uma racionalidade social estritamente de curto prazo – não pode superar, reforçam o alcance do monopólio dos países já desenvolvidos, que se dedicam simplesmente a evitar que seus desperdícios sejam estendidos aos outros.
- (iv) Os monopólios nos campos da comunicação e da mídia, que não somente uniformizam por baixo a cultura mundial que veiculam, mas ainda abrem novos meios de manipulação política. A expansão do mercado da mídia moderna já é atualmente um dos componentes maiores da erosão do conceito e da prática da democracia no Ocidente.
- (v) Finalmente, os monopólios na esfera dos armamentos de destruição em massa. Limitado pela bipolaridade do pós-guerra, esse monopólio voltou a ser a arma absoluta da qual a diplomacia americana se reserva a utilização exclusiva, como em 1945. Se a “proliferação” apresenta riscos evidentes de perda de rumo, não há outro meio pelo qual esse monopólio inaceitável possa ser combatido na ausência de um controle mundial democrático de desarmamento verdadeiramente global.

A lei do valor mundializado se expressa no contexto desses cinco monopólios. Longe de ser a expressão de uma racionalidade econômica “pura”,

que poderíamos separar de seu quadro social e político, a lei do valor é a expressão condensada do conjunto desses condicionamentos. Eu defendo aqui que esses condicionamentos anulam o alcance da industrialização das periferias, desvalorizam o trabalho produtivo incorporado nas suas produções ao mesmo tempo em que superavaliam o pretenso valor agregado relativo às atividades pelas quais operam os novos monopólios favorecendo os centros. Assim, produzem uma nova hierarquia na repartição da renda em escala mundial, mais desigual que nunca, subalternizam as indústrias da periferia e as reduzem ao estatuto de atividades terceirizadas. A polarização encontra aqui seu novo fundamento, conclamado a comandar suas formas vindouras.

A Geopolítica do Imperialismo Contemporâneo

1. Do conflito permanente dos imperialismos ao imperialismo coletivo

Em seu desenvolvimento mundializado, o imperialismo sempre se conjugou no plural, desde suas origens (século XVI) até 1945. O conflito dos imperialismos, permanente e freqüentemente violento, ocupou por isso mesmo um lugar tão decisivo na transformação do mundo quanto a luta de classes através da qual se exprimem as contradições fundamentais do capitalismo. De resto, lutas sociais e conflitos de imperialismos se articulam estreitamente e é essa articulação que preside o percurso do capitalismo realmente existente. Assinalo igualmente que a análise que propus a esse respeito se distancia muito daquela da “sucessão de hegemonias”.

A segunda guerra mundial veio a representar uma transformação maior no que concerne às formas de imperialismo: a substituição de uma multiplicidade de imperialismos em permanente conflito por um imperialismo coletivo associando o conjunto dos centros do sistema mundial capitalista (para simplificar, a “tríade”: os Estados Unidos e sua província canadense, a Europa Ocidental e Central, o Japão). Essa nova forma de expansão imperialista passou por diferentes fases de desenvolvimento, mas ela ainda está em plena vigência. O papel hegemônico eventual dos Estados Unidos, do qual será necessário precisar as bases, bem como as formas de sua articulação ao novo imperialismo coletivo, devem ser situados nessa perspectiva.

Os Estados Unidos saíram da segunda guerra mundial com enormes vantagens, já que seus principais oponentes – a Europa, a União Soviética, a China e o Japão – estavam arruinados. O país se encontrava então em posi-

ção privilegiada para exercer sua hegemonia econômica: concentrava mais da metade da produção industrial do mundo de então e possuía a exclusividade das novas tecnologias que iriam moldar o desenvolvimento da segunda metade do século. Além disso, tinha a exclusividade da arma nuclear – a nova “arma absoluta”. É por isso que situo o corte que anuncia o pós-guerra não em Ialta, como é usual, mas em Potsdam (alguns dias antes do bombardeio de Hiroshima e Nagasaki). Em Potsdam, o tom americano mudou: a decisão de iniciar o que iria se tornar a “guerra fria” estava tomada.

Essa dupla vantagem absoluta, contudo, foi perdida num curto intervalo (duas décadas), pela dupla recuperação, econômica pela Europa capitalista e pelo Japão, militar pela União Soviética. Lembremos que esse recuo relativo da potência dos Estados Unidos alimentou na época uma saraivada de discursos sobre “o declínio americano”, e até mesmo sobre a ascensão de hegemonias alternativas no futuro (a Europa, o Japão, mais tarde a China...).

Podemos questionar se a formação de um imperialismo coletivo constitui uma transformação qualitativa “definitiva” (não conjuntural) e se ela implica a liderança absoluta dos Estados Unidos.

2. O projeto da classe dirigente dos Estados Unidos: estender a doutrina Monroe a todo o planeta

Esse projeto, que chamarei sem maior hesitação de desmedido, deliberante até, e de criminoso pelo que implica, não nasceu na cabeça do Presidente Bush Júnior para ser implementado por uma junta de extrema direita alcançada ao poder por uma espécie de golpe de Estado após duvidosas eleições.

Esse projeto é o que a classe dirigente dos Estados Unidos alimenta desde 1945 e que nunca abandonou, mesmo que, evidentemente, sua implementação tenha passado por altos e baixos, conhecido certas vicissitudes e, em alguns lugares, sido posto colocado em xeque, só podendo ser conduzida com a coerência e a violência que ela mesma implica em determinados momentos conjunturais como o nosso, que se configurou após a derrocada da União Soviética.

Não é difícil conhecer os objetivos e os meios do projeto dos Estados Unidos. São objeto de uma grande exibição, cuja principal virtude é a franqueza, mesmo que a legitimação dos objetivos seja sempre submersa em um discurso moralizador próprio à tradição americana. A estratégia global americana visa cinco objetivos: (i) neutralizar e subjugar os parceiros da tríade (a

Europa e o Japão) e minimizar a capacidade desses Estados de agir por fora da influência americana; (ii) estabelecer o controle militar da OTAN e “latino-americanizar” as antigas partes da União Soviética; (iii) controlar sem partilhas o Oriente Médio e seus recursos petrolíferos; (iv) desmantelar a China, assegurar-se da subordinação dos outros Estados (Índia, Brasil) e impedir a constituição de blocos regionais que possam vir a negociar os termos da globalização; (v) marginalizar as regiões do sul que não representam interesse estratégico.

O projeto sempre concedeu um papel decisivo à sua dimensão militar. Foi concebido após Potsdam, como apontei anteriormente, e fundado sobre o monopólio nuclear. Muito rapidamente os Estados Unidos estabeleceram uma estratégia militar global, dividiram o planeta em regiões e atribuíram a responsabilidade do controle de cada uma delas a um “US Military Command”. Remeto ao que escrevi sobre esse assunto antes mesmo da derrocada da URSS, e sobre a posição prioritária ocupada pelo Oriente Médio nessa visão estratégica global. O objetivo não era somente o de “cercar a URSS” (e a China), mas também de passar a dispor de meios para fazer de Washington o senhor, em última instância, de todas as regiões do planeta. Ou seja, estender a todo o planeta a doutrina Monroe, que efetivamente dá aos Estados Unidos o “direito” exclusivo de gerir o conjunto do Novo Mundo conforme o que eles definem como seus “interesses nacionais”.

O instrumento privilegiado da ofensiva hegemônica é, pois, militar. Essa hegemonia, que por sua vez garantiria a da tríade sobre o sistema mundial, exigiria então que seus aliados aceitassem navegar a reboque dos Estados Unidos, como a Grã Bretanha e o Japão reconhecem ser necessário sem maiores questionamentos, nem mesmo “culturais”. Mas, consequentemente, os discursos com os quais os políticos europeus soterram seus auditórios – sobre o poder econômico da Europa – perdem todo o significado. Situando-se exclusivamente no âmbito das disputas mercantis, sem projeto próprio, a Europa se vê derrotada por antecedência. O que é bem sabido em Washington.

O projeto implica que a “soberania dos interesses nacionais dos Estados Unidos” seja colocada acima de todos os outros princípios, definindo os comportamentos políticos considerados como meios “legítimos”; o projeto exige uma desconfiança sistemática frente a qualquer direito supranacional.

A classe dirigente dos Estados Unidos proclama sem reserva nenhuma que ela não “tolerará” a reconstituição de uma potência econômica e

militar qualquer capaz de colocar em questão seu monopólio de dominação do planeta, e se concedeu, para esse fim, o direito de conduzir “guerras preventivas”. Três adversários principais são aqui visados.

Primeiramente a Rússia, cujo desmembramento, após o da URSS, constitui doravante um objetivo estratégico maior para os Estados Unidos. A classe dirigente russa não parecia ter compreendido isso até agora. Ela parecia convencida de que após ter “perdido a guerra”, ela poderia “ganhar a paz”, como ocorreu com a Alemanha e o Japão. Esquecia-se de que Washington tinha necessidade de reerguer seus dois adversários da Segunda Guerra Mundial, precisamente para enfrentar o desafio soviético. A nova conjuntura é diferente, já os Estados Unidos não têm mais concorrentes efetivos. Sua opção é, então, a de destruir definitiva e completamente o adversário russo extenuado. Putin teria compreendido isso e estaria esboçando um abandono das ilusões russas?

Em segundo lugar a China, cuja massa e o sucesso econômico inquietam os Estados Unidos, sendo seu objetivo estratégico, também nesse caso, o desmembramento desse grande país.

A Europa está em terceiro lugar nessa visão global dos novos senhores do mundo. Mas aqui o *establishment* norte-americano não parece inquieto, pelo menos até o presente momento. O atlantismo incondicional de uns (a Grã Bretanha, mas também os novos poderes servis do Leste), as “areias move-dicas do projeto europeu” (ponto que retomarei adiante), bem como os interesses convergentes do capital dominante do imperialismo coletivo da tríade contribuem para o apagamento do projeto europeu, mantido em seu estatuto de “subdivisão européia do projeto dos Estados Unidos”. A diplomacia de Washington tinha conseguido manter a Alemanha sob controle; a reunificação e a conquista da Europa Oriental pareceram até mesmo reforçar essa aliança. A Alemanha teria sido encorajada a retomar sua tradição de “impulso para o leste”; uma expressão disso foi o papel desempenhado por Berlim no desmembramento da Iugoslávia, com o reconhecimento precipitado da independência da Eslovênia e da Croácia. Haveria uma mudança de direção em curso? A classe política alemã parece hesitante e talvez dividida quanto às suas escolhas de estratégia. A alternativa ao alinhamento atlântico – que parece ir de vento em popa – requer, como contraponto, o reforço de um eixo Paris-Berlim-Moscou, que se tornaria então o mais sólido pilar de um sistema europeu independente de Washington.

3. A gestão econômica e política do novo sistema imperial e da liderança dos Estados Unidos.

Os instrumentos dessa gestão foram implementados logo depois da Segunda Guerra Mundial, progressivamente calibrados para responder às exigências de desenvolvimento imperialista, e reforçados por novas criações. A OMC, o Banco Mundial e o FMI são os principais instrumentos para a gestão econômica do sistema, assim como são a OTAN e o G7/G8 para os setores político e militar.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi concebida para reforçar as “vantagens comparativas” do capital transnacional e conferir a estas uma legitimidade. Os “direitos de propriedade industrial e intelectual” foram formulados de maneira a perenizar os monopólios transnacionais, garantir seus superlucros e criar obstáculos suplementares a qualquer tentativa de industrialização autônoma das periferias. Da mesma forma, o projeto da OMC de “liberalizar” a agricultura reduz a nada as políticas de segurança alimentar dos países do Sul e condena à miséria centenas de milhões de camponezes. A lógica que comanda essas opções é a da superproteção sistemática dos monopólios do norte. A realidade é essa. O discurso, pelo contrário, centrado nas “vantagens” do livre comércio e do acesso ao mercado, é tão somente discurso de propaganda no sentido vulgar do termo, ou seja, mentira. Reencontramos essa mesma lógica no projeto da OMC de uma “lei internacional de negócios” (*international business law*) e de conceder a esta a preeminência sobre todas as outras dimensões legais, nacionais e internacionais. O projeto escandaloso da AMI (Acordo Multilateral para os Investimentos), preparado em segredo pela OCDE, está dentro dessa lógica.

A função das outras instituições internacionais é simplesmente a de secundar as estratégias definidas pelo G7. Esse é o caso do Banco Mundial, pomposamente qualificado de “think tank” encarregado de formular as estratégias de desenvolvimento, mas que de fato nada mais é que uma espécie de Ministério da Propaganda do G7 responsável pela redação dos discursos, enquanto as decisões econômicas importantes são tomadas no quadro da OMC e a direção militar e política dos negócios é confiada à OTAN. O Fundo Monetário – FMI – é mais importante, mas menos do que freqüentemente se pensa. O sistema de trocas flexíveis tendo sido adotado como regra geral, e a gestão das relações entre as principais divisas (o dólar, o euro-marco, o yen) escapando ao FMI, essa instituição é tão somente uma espécie de

Autoridade Monetária Colonial, cuja gestão é assegurada pelo imperialismo coletivo da Tríade.

O conjunto dessas instituições – e especialmente o G7 e a OTAN – é convocado a substituir a ONU para constituir os principais instrumentos da nova “ordem” mundial, a do apartheid em escala global. Segundo essa perspectiva, a ONU e as instituições que constituem sua “família” devem ser domesticadas, marginalizadas, e até mesmo anuladas.

4. Imperialismo coletivo da tríade e hegemonia dos Estados Unidos: articulação e contradições

O mundo de hoje é militarmente unipolar. Simultaneamente, fraturas parecem se delinear entre os Estados Unidos e certos países europeus em relação à gestão política de um sistema mundializado doravante alinhado em seu conjunto aos princípios do liberalismo, ao menos em tese. Seriam essas fraturas somente conjunturais e de alcance limitado, ou anunciariam alterações duráveis? Será necessário analisar ao mesmo tempo, em toda a sua complexidade, as lógicas que presidem o desenvolvimento da nova fase do imperialismo coletivo (as relações norte-sul na linguagem corrente) e os objetivos próprios do projeto dos Estados Unidos. Dentro desse espírito, abordarei sucinta e sucessivamente cinco séries de questões.

- Sobre a natureza das evoluções que podem ter conduzido à constituição de um novo imperialismo coletivo.

Sugiro aqui que a formação do novo imperialismo coletivo tem origem na transformação das condições da concorrência. Há apenas algumas décadas as grandes firmas disputavam essencialmente os mercados nacionais, seja o dos Estados Unidos (o maior mercado nacional do mundo) ou mesmo o dos Estados europeus (apesar de seu tamanho modesto, o que lhes traz desvantagens com relação aos Estados Unidos). Os vencedores podiam conseguir uma boa posição no mercado mundial. Mas atualmente, o tamanho do mercado necessário para ganhar a primeira rodada é de cerca de 500-600 milhões de “consumidores potenciais”.

A batalha deve então ser disputada desde o início no mercado mundial e vencida nesse campo. E são os que vencem nesse mercado que então se impõem também em seus respectivos mercados nacionais. A mundialização

aprofundada se torna o espaço privilegiado da atividade das grandes firmas. Podemos dizer que no binômio nacional/mundial os termos da causalidade foram invertidos: se antigamente a potência nacional condicionava a presença mundial, atualmente ocorre o inverso. Disso decorre que as empresas transnacionais, de qualquer nacionalidade, têm interesses comuns na gestão do mercado mundial. Esses interesses se sobrepõem aos conflitos permanentes e mercantis que definem todas as formas de concorrência próprias ao capitalismo, sejam elas quais forem.

A solidariedade dos segmentos dominantes do capital transnacionalizado de todos os parceiros da tríade é real, e se expressa por sua adesão ao neoliberalismo globalizado. Os Estados Unidos são vistos nessa perspectiva como defensores (militares se necessário) desses “interesses comuns”. Ocorre que Washington não pretende “dividir igualmente” os lucros de sua liderança. Os Estados Unidos se empenham pelo contrário em transformar seus aliados subalternos da tríade em vassalos, e nesse espírito só estão dispostos a lhes fazer concessões menores. Esse conflito de interesses do capital dominante poderia crescer a ponto de acarretar uma ruptura na aliança atlântica? Não é impossível, mas pouco provável.

- Sobre o papel dos Estados Unidos na economia mundial

A opinião corrente é a de que a potência militar dos Estados Unidos constitui apenas a ponta do iceberg, prolongamento de uma superioridade desse país em todos os domínios, particularmente no econômico, e até no político e no cultural. A submissão ao hegemonismo norte-americano seria por esse fato incontornável.

Entendo ao contrário que, no sistema de imperialismo coletivo, os Estados Unidos não dispõem de vantagens econômicas decisivas, e que seu sistema produtivo está longe de ser “o mais eficiente do mundo”. Pelo contrário, quase nenhum de seus segmentos venceria facilmente os concorrentes em um mercado verdadeiramente aberto como imaginam os economistas liberais. Indício disso é o déficit comercial dos Estados Unidos que aumenta a cada ano, tendo passado de 100 bilhões de dólares em 1989 para 500 bilhões em 2002. Além disso, esse déficit diz respeito a praticamente todos os segmentos do sistema produtivo. A concorrência entre Ariane (foguete europeu) e os foguetes da NASA e entre Airbus e Boeing, demonstra a vulne-

rabilidade da vantagem americana. Frente à Europa e ao Japão para as produções de alta tecnologia, à China, à Coréia e aos outros países industrializados da Ásia e da América Latina para os produtos manufaturados comuns, à Europa e ao cone sul da América Latina para a agricultura, os Estados Unidos provavelmente não venceriam sem recorrer a meios “extra-econômicos” que violam os princípios do liberalismo imposto aos concorrentes!

De fato, os Estados Unidos só têm vantagens comparativas certas no setor de armamentos, precisamente porque este escapa amplamente às regras do mercado e desfruta do apoio do Estado. Sem dúvida essa vantagem tem consequências para a sociedade civil (a Internet é o exemplo mais famoso), mas ela está na origem de sérias distorções que constituem desvantagens para muitos setores produtivos.

A economia norte-americana vive como parasita em detrimento de seus parceiros no sistema mundial. O mundo produz, os Estados Unidos (cuja poupança nacional é praticamente nula) consomem. A “vantagem” dos Estados Unidos é a de um predador cujo déficit é coberto pela cota dos outros, consentida ou forçadamente. Os meios implementados por Washington para compensar suas deficiências são diversos: repetidas violações unilaterais dos princípios do liberalismo, exportações de armas, procura de super-rendimentos petrolíferos (que supõem controle de preços dos produtores, um dos motivos reais das guerras da Ásia central e do Iraque). Ocorre que o essencial do déficit americano é coberto pela entrada de capitais provenientes da Europa e do Japão, do Sul (países petrolíferos ricos, classes “compradoras” de todos os países do terceiro mundo, inclusive os mais os pobres), à qual se somam os saques exercidos a título de serviço da dívida imposta à quase totalidade de países da periferia do sistema mundial.

O crescimento dos anos Clinton, festejado como sendo produto do “liberalismo” contra o qual a Europa teria lamentavelmente resistido, é de fato largamente artificial e de qualquer forma não generalizável, já que ele se apóia em transferências de capitais que implicam na estagnação dos parceiros. Para todos os segmentos do sistema produtivo real, o crescimento dos Estados Unidos não foi melhor que o da Europa. O “milagre americano” se alimentou exclusivamente do crescimento das despesas produzido pelo agravamento das desigualdades sociais (serviços financeiros e pessoais: legiões de advogados e de polícias privadas etc.). Nesse sentido, o liberalismo de Clinton foi responsável por preparar as condições que permitiram o impulso reacionário e a vitória posterior de Bush filho.

As causas do enfraquecimento do sistema produtivo dos Estados Unidos são complexas. Elas certamente não são conjunturais, e assim não podem ser corrigidas, por exemplo, pela adoção de uma taxa de câmbio correto, ou pela construção de relações salários/produtividades mais favoráveis. Elas são estruturais. A mediocridade dos sistemas de ensino geral e de formação, e o preconceito tenaz favorecendo sistematicamente o “privado” em detrimento do serviço público estão entre as principais razões da profunda crise que atravessa a sociedade norte-americana.

Deveria nos espantar, então, que os Europeus, longe de tirar as conclusões que a constatação das insuficiências da economia dos Estados Unidos impõe, se empenham pelo contrário em imitá-los. Nesse caso também o vírus liberal não explica tudo, mesmo que desempenhe algumas funções úteis para o sistema, paralisando a esquerda. A privatização sem limites e o desmonte dos serviços públicos poderão tão somente reduzir as vantagens comparativas de que desfruta ainda a “velha Europa” (como a qualifica Bush). Mas, quaisquer que sejam os danos que produzirão a longo prazo, essas medidas oferecem ao capital dominante, que vive no curto prazo, a ocasião para lucros suplementares.

- Sobre os objetivos particulares do projeto dos Estados Unidos

A estratégia hegemônica dos Estados Unidos se situa no quadro do novo imperialismo coletivo; seu objetivo é simplesmente estabelecer o controle militar sobre o planeta inteiro. Esse controle é o meio pelo qual Washington poderia garantir o acesso privilegiado a todos os recursos naturais do globo, forçando assim seus aliados subalternizados, a Rússia, a China e o conjunto do terceiro mundo a se submeter à condição de vassalos.

Os “economistas” (convencionais) não dispõem das ferramentas analíticas que lhes possibilitaria captar a lógica desses objetivos. Não os vemos repetindo *ad nauseam* que na “nova economia” as matérias-primas que o terceiro mundo fornece são destinadas a perder sua importância e que por isso este se encontra cada vez mais marginal no sistema mundial? Em contraposição a esse discurso ingênuo e oco o *Mein Kampf* da nova administração de Washington – *The Programme for a New American Century* – confessa que os Estados Unidos se atribuíram o direito de se apoderar de todos os recursos naturais do planeta para satisfazer prioritariamente às exigências de seu con-

sumo. A corrida às matérias-primas (o petróleo em primeiro lugar, mas também a outros recursos em igual escala – particularmente a água) já retomou toda sua virulência. Ainda mais que esses recursos correm o risco de escassearem não somente pelo aumento exponencial do desperdício do consumo ocidental, mas também pelo desenvolvimento da nova industrialização das periferias.

Por outro lado, muitos países do Sul estão se tornando produtores industriais cada vez mais importantes, tanto para seus mercados internos quanto para o mercado mundial. Importadores de tecnologias, de capitais, mas também concorrentes na exportação, são convocados a influenciarem os equilíbrios econômicos mundiais com um peso crescente. E não se trata apenas de alguns países do Leste da Ásia (como a Coréia), mas da imensa China e, amanhã, da Índia e dos grandes países da América Latina. Ora, longe de ser um fator de estabilização, a aceleração da expansão capitalista no Sul só pode dar origem a conflitos violentos, internos e internacionais. Pois essa expansão não pode absorver, nas condições da periferia, a enorme reserva de força de trabalho ali concentrada. Em consequência, as periferias do sistema continuam a ser a “zona das tormentas”. Os centros do sistema capitalista têm então necessidade de exercer sua dominação sobre as periferias, de submeter seus povos à disciplina impiedosa que a satisfação de suas prioridades exige.

Nessa perspectiva o *establishment* norte-americano compreendeu perfeitamente que, na busca de seu hegemonismo, dispunha de três vantagens decisivas sobre os concorrentes europeu e japonês: o controle dos recursos naturais do globo, o monopólio militar, e o peso da “cultura anglo-saxã”, pela qual se expressa preferencialmente a dominação ideológica do capitalismo. A política sistemática de manutenção dessas três vantagens esclarece muitos aspectos da política dos Estados Unidos, particularmente os esforços sistemáticos de Washington para o controle militar do Oriente Médio petrolífero, sua estratégia ofensiva com relação à Coréia – aproveitando-se ao máximo da “crise financeira” desse país – e à China, e seu jogo sutil procurando perpetuar as divisões na Europa – mobilizando para esta finalidade o incondicional aliado britânico – e impedir uma reaproximação efetiva entre a União Europeia e a Rússia. No plano do controle global dos recursos do planeta, os Estados Unidos dispõem de uma vantagem decisiva sobre a Europa e o Japão. Não apenas são a única potência mundial, e logo nenhuma grande intervenção no terceiro mundo pode ser conduzida sem eles, mas ainda a Europa (ex-

cluindo a ex-URSS) e o Japão são desprovidos de recursos essenciais para a manutenção de suas economias. Por exemplo, sua dependência no âmbito energético, particularmente sua dependência petrolífera com relação ao Golfo, é e permanecerá por muito tempo considerável, mesmo que possa diminuir em termos relativos. Apoderando-se – militarmente – do controle dessa região pela guerra do Iraque, os Estados Unidos demonstraram que estavam perfeitamente conscientes da utilidade desse meio de pressão de que dispunham contra seus aliados-concorrentes. outrora a União Soviética havia igualmente percebido essa vulnerabilidade da Europa e do Japão, e certas intervenções no terceiro mundo tiveram por objetivo colocá-la em evidência, de maneira a forçar negociações em outras áreas. Evidentemente as deficiências da Europa e do Japão poderiam ser compensadas na hipótese de uma reaproximação Europa-Rússia (“a casa comum” de Gorbatchov). Essa é a razão pela qual o perigo dessa construção da Eurásia é vivida por Washington como um pesadelo.

O controle militar do planeta constitui o meio de impor, em última instância, um “tributo” expropriado pela violência política, em substituição ao “fluxo espontâneo” de capitais que compensam o déficit americano, fonte maior da vulnerabilidade crescente da hegemonia dos Estados Unidos. O objetivo dessa estratégia não é nem o de “garantir para todos a abertura igual dos mercados” (esse discurso de propaganda é confiado aos apóstolos do neoliberalismo), nem, evidentemente, o de fazer reinar em toda parte a democracia!

- Sobre os conflitos que opõem, nesse quadro, os Estados Unidos a seus parceiros da Triade

Apesar da gestão mundial do imperialismo coletivo dos parceiros da Triade implicar em interesses comuns em suas relações com o Sul, eles se encontram numa relação de conflito potencial sério.

A superpotência americana se mantém graças ao fluxo de capitais que alimenta o parasitismo de sua economia e de sua sociedade. A vulnerabilidade dos Estados Unidos constitui dessa forma uma séria ameaça para o projeto de Washington.

A Europa em particular, mas também o resto do mundo em geral, deverá escolher entre uma das duas seguintes opções estratégicas: usar o “ex-

cedente” de capitais (“de poupança”) de que dispõe para financiar o déficit dos Estados Unidos (relativo a consumo, investimentos e despesas militares) ou conservar e investir esse excedente internamente.

Os economistas convencionais ignoram o problema, tendo formulado a hipótese (que é somente um “*non sense*”) de que, como a “mundialização” supriu as Nações, a poupança e o investimento não podem mais ser gerados “em níveis nacionais”. Trata-se de um raciocínio tautológico que traz nas suas próprias premissas as conclusões às quais se deseja chegar: justificar e aceitar o financiamento do déficit dos Estados Unidos pelos outros, já que, no nível mundial, continua a existir a igualdade poupança-investimento!

Por que então uma tal inépcia é aceita? Certamente porque as equipes de “economistas-sábios” que cercam as classes políticas europeias (e outras, russas e chinesas), de direita bem como da esquerda eleitoral, são vítimas de sua alienação economicista, do que eu chamo de “vírus liberal”. Além disso, essa opção expressa de fato o julgamento político do grande capital transnacionalizado que considera que as vantagens alcançadas com a gestão do sistema globalizado pelos Estados Unidos em nome do imperialismo coletivo são maiores que seus inconvenientes, como esse tributo que é preciso pagar a Washington para assegurar sua permanência. Pois trata-se, nesse caso, de um tributo e não de um “investimento” de boa rentabilidade garantida. Há países qualificados como “países pobres endividados” que são sempre forçados a assegurar o serviço de sua dívida a qualquer preço. Mas há também uma “potência endividada” que dispõe de meios que lhe permitirão desvalorizar sua dívida caso necessário.

A outra opção consistiria então para a Europa (e para o resto do mundo) em acabar a transfusão em favor dos Estados Unidos. O excedente poderia então ser utilizado *in loco* (na Europa) e reimpulsionar a economia. Pois a transfusão exige a submissão dos europeus a políticas “deflacionistas” (termo impróprio da linguagem da economia convencional) – eu diria “estagnacionistas” – de forma a criar um excedente de poupança exportável. A recuperação da Europa – sempre medíocre – depende assim daquela – sustentada artificialmente – dos Estados Unidos. Em sentido inverso, a mobilização desse excedente para gerar empregos locais na Europa permitiria relançar simultaneamente o consumo (pela reconstrução da dimensão social da gestão econômica arruinada pelo vírus liberal), o investimento – particularmente nas novas tecnologias, e até mesmo nas despesas militares (terminando

com as “vantagens” dos Estados Unidos nessa esfera). A opção por essa resposta ao desafio implica em um reequilíbrio das relações sociais em benefício das classes trabalhadoras. Conflitos entre nações e lutas sociais se articulam dessa maneira. Em outros termos, o contraste Estados Unidos/Europa não opõe fundamentalmente os interesses dos segmentos dominantes do capital dos diferentes parceiros.

A opção neoliberal na Europa, reforçada pela gestão pretensamente “apolítica” da moeda comum (o Euro), constitui um grande empecilho para qualquer estratégia que vise fazer o continente sair da estagnação. Essa gestão monetária absurda convém perfeitamente a Washington, cuja moeda (o dólar) é gerida de uma maneira completamente diferente (em nada semelhante aos dogmas neoliberais), perfeitamente política! Junto com o eventual controle exclusivo de Washington sobre as reservas petrolíferas do globo, essa gestão garante que o que chamo de padrão dólar-petróleo (*oil dollar standard*) permaneça, em última instância, o único instrumento monetário internacional, relegando o euro ao estatuto de moeda regional subalterna.

O conflito político que poderia opor a Europa (ou pelo menos determinados países importantes do continente) aos Estados Unidos não resulta de divergências fundamentais entre interesses capitalistas dominantes. Eu o situaria no conflito do que podemos chamar de “interesses nacionais” e da herança de culturas políticas profundamente diferentes, sobre as quais já me expressei.

- Sobre as questões de teoria que as reflexões precedentes sugerem

A cumplicidade-concorrência entre os parceiros do imperialismo coletivo para o controle do Sul – a pilhagem de seus recursos naturais e a submissão de seus povos – pode ser analisada a partir de diferentes pontos de vista. Farei três observações a este respeito que me parecem da maior importância.

Primeira observação: o sistema mundial contemporâneo, aquele que qualifico como imperialismo coletivo, não é “menos” imperialista que os precedentes. Ele não é um “Império” de natureza “pós-capitalista”. Já propus uma crítica às formulações ideológicas de “disfarce” que alimentam o discurso dominante contemporâneo.

Trata-se, em particular, das teses ditas “pós-modernistas” que não propõem nada menos que renunciar a agir para transformar o mundo, e convi-

dam a se ajustar dia após dia às transformações do capitalismo e às suas exigências. Hardt e Negri retomaram essa tese do liberalismo americano de sempre, na esperança – ingênuo na melhor das hipóteses – de que o mundo poderia se transformar por si mesmo para o melhor.

Segunda observação: propus uma leitura da história do capitalismo, mundializado desde sua origem, articulada sobre a distinção entre as diferentes fases do imperialismo (relações centro/periferia). Existem, obviamente, outras leituras dessa mesma história, em particular a que se articula em torno da “sucessão de hegemonias”. Tenho algumas reservas com relação a essa última leitura.

Primeira e essencialmente, porque ela é “ocidentalocêntrica”, no sentido em que considera que as transformações que operam no coração do sistema, nos seus centros, comandam de maneira decisiva – e quase exclusiva – a evolução global do sistema. Creio que as reações dos povos das periferias ao desenvolvimento imperialista não devem ser subestimadas. Pois elas provocaram a independência das Américas, as grandes revoluções feitas em nome do socialismo (Rússia, China), a reconquista da independência dos países asiáticos e africanos, e não creio que possamos dar conta da História do capitalismo mundial sem ter em conta os “ajustes” que essas transformações impuseram ao próprio capitalismo central.

Em seguida, porque a história do imperialismo me parece mais ter sido feita pelo conflito dos imperialismos que pelo tipo de “ordem” que as hegemonias sucessivas poderiam ter imposto. Os períodos de “hegemonia” aparente sempre foram muito breves e a hegemonia em questão bastante relativa.

Terceira observação: mundialização não é sintoma de “unificação” do sistema econômico pela “abertura desregulada dos mercados”. Essa última – em suas formas históricas sucessivas (“a liberdade de comércio” ontem, a “liberdade de iniciativa” hoje) – sempre constituiu o projeto do capital dominante. Na realidade, esse projeto quase sempre foi forçado a se ajustar a exigências que não derivam de sua própria e exclusiva lógica interna. Ele nunca pôde então ser implementado, exceto em curtos momentos da história. O “livre câmbio” instaurado pela maior potência industrial de sua época – a Grã Bretanha – foi efetivo apenas durante duas décadas (1860-1880), as quais foram sucedidas por um século (1880-1980) caracterizado ao mesmo tempo pelo conflito dos imperialistas e pela forte desconexão dos países ditos socialistas (a partir da revolução russa de 1917 e a partir da chinesa) e por

uma desconexão mais modesta dos países do nacionalismo populista (a era de Bandung para a Ásia e a África, de 1955 a 1975). O momento atual de reunição do mercado mundial (da “livre iniciativa”) inaugurado pelo neoliberalismo a partir de 1980 e estendido ao conjunto do planeta com a derrota soviética, provavelmente não está destinado a conhecer melhor sorte. O caos que ele gera – termo com o qual qualifiquei esse sistema já em 1990 – testemunha seu caráter de “utopia permanente do capital”.

5. As areias movediças do projeto europeu

Todos os governos dos Estados Europeus encontram-se até o momento alinhados às teses do liberalismo. Esse alinhamento não significa nada menos do que o abandono do projeto europeu, sua dupla diluição econômica (as vantagens da união econômica européia se dissolvem na mundialização econômica) e política (a autonomia política e militar européia desaparece). Não há, no momento atual, projeto europeu. Ele foi substituído por um projeto norte-atlântico (ou eventualmente da Tríade) sob comando americano.

As guerras “made in USA” certamente acordaram as opiniões públicas – em toda parte da Europa contra a última ocorrida, a do Iraque – e mesmo alguns governos, principalmente o da França, mas também os da Alemanha, da Rússia e da China. Ocorre que esses mesmos governos não colocaram em questão seu alinhamento fiel às exigências do liberalismo. Essa contradição flagrante deverá ser superada de uma maneira ou de outra, seja pela submissão às exigências de Washington, seja por uma verdadeira ruptura que coloque um ponto final no “atlantismo”.

A principal conclusão política que tiro dessa análise é que a Europa não pode sair do “atlantismo” enquanto as alianças políticas que definem os blocos no poder continuarem centradas no capital transnacional dominante. A Europa só se distanciará de Washington, permitindo a renovação de um eventual projeto europeu, se as lutas sociais e políticas conseguirem modificar o conteúdo desses blocos e impor novos compromissos históricos entre o capital e o trabalho. Nessas condições a Europa poderia – e até deveria – também se empenhar no plano internacional, em suas relações com o Leste e o Sul, em um caminho diferente do traçado pelas exigências exclusivas do imperialismo coletivo, dando início assim à sua participação na longa marcha “para além do capitalismo”. Dito de outra forma, a Europa será de esquerda (o termo esquerda sendo aqui levado a sério) ou não será.

Conciliar essa adesão ao liberalismo e a afirmação de uma autonomia política da Europa ou dos Estados que a constituem é o objetivo de certas frações das classes políticas européias zelosas em preservar as posições exclusivas do grande capital. Conseguirão elas? Duvido muito.

Em contraposição, serão as classes populares na Europa, aqui e acolá ao menos, capazes de superar a crise que atravessam? Creio ser possível, precisamente pelas razões que fazem com que a cultura política de pelo menos alguns países europeus, diversa daquela dos Estados Unidos, possa produzir esse renascimento da esquerda. A condição é obviamente que esta se liberte do vírus do liberalismo.

O “projeto europeu” nasceu como a subdivisão européia do atlantismo dos Estados Unidos, concebido logo após a segunda guerra mundial, no espírito da “guerra fria” lançada por Washington, projeto ao qual as burguesias européias – ao mesmo tempo enfraquecidas e temerosas com relação às suas próprias classes operárias – aderiram incondicionalmente.

Entretanto, o próprio desdobramento desse projeto modificou progressivamente importantes dados do problema e dos desafios. A Europa ocidental conseguiu “recuperar” seu atraso econômico e tecnológico com relação aos Estados Unidos, ou possui os meios para tal. Além disso, o “inimigo soviético” não existe mais e o desdobramento do projeto apagou as adversidades principais e violentas que tinham marcado um século e meio de história européia: os três principais países do continente – a França, a Alemanha e a Rússia – se reconciliaram. Todas essas evoluções são, em minha opinião, positivas e plenas de um potencial ainda mais positivo. É certo que esse desdobramento se realizou a partir de bases econômicas inspiradas pelos princípios do liberalismo, mas de um liberalismo que foi temperado até os anos 1980 pela dimensão social levada em conta por e através do “compromisso histórico social-democrata”, constrangendo o capital a ajustar-se à demanda de justiça social expressa pelas classes trabalhadoras. Desde então a aplicação do projeto continua num novo contexto social inspirado pelo liberalismo anti-social “à americana”.

Essa última virada mergulhou as sociedades européias em uma crise multidimensional. Primeiramente, existe a crise econômica *stricto sensu*, imanente à opção liberal, crise agravada pelo alinhamento dos países da Europa às exigências econômicas do líder norte-americano, tendo a Europa consentido até aqui a financiar o déficit desse último, em detrimento de seus próprios interesses. Em seguida, há uma crise social que se acentua pelo aumento

das resistências e das lutas das classes populares contra as consequências fatais da opção liberal. Enfim, há o esboço de uma crise política – a recusa de alinhar-se incondicionalmente à opção dos Estados Unidos: a guerra sem fim contra o Sul.

Como os povos e os Estados europeus enfrentam e enfrentarão esse triplo desafio?

Os europeistas se dividem em três grupos ligeiramente diferentes:

- os que defendem a opção liberal e aceitam a liderança dos Estados Unidos, quase incondicionalmente;
- os que defendem a opção liberal, mas desejariam uma Europa política independente, fora do alinhamento americano; e
- os que desejariam uma “Europa social” (e lutam por isso), ou seja, um capitalismo temperado por um novo compromisso social capital/trabalho operando em escala européia, e simultaneamente uma Europa política que pratique “outras relações” (entendidas como amigáveis, democráticas e pacíficas) com o Sul, a Rússia e a China. A opinião pública geral em toda a Europa expressou, no Fórum Social Europeu (Florencia 2002, e Paris 2003) bem como durante a guerra do Iraque, sua simpatia por essa posição de princípio.

Há certamente também “não europeus” que não pensam ser desejável nem possível nenhuma das três opções dos pró-europeus. Esses ainda são muito minoritários, mas seu número certamente aumentará, e eles deverão escolher entre uma das opções fundamentalmente diferentes:

- Uma opção “populista” de direita, recusando a progressão dos poderes políticos – e talvez econômicos – supra-nacionais, com exceção obviamente daqueles do capital transnacional!
- Uma opção popular de esquerda, nacional, cidadã, democrática e social.

Sobre que forças apóia-se cada uma dessas tendências e quais as suas respectivas chances?

O capital dominante é, por natureza, liberal. Conseqüentemente, é levado, seguindo sua própria lógica, a apoiar a primeira das três opções. Tony Blair representa a mais coerente expressão do que qualifiquei como “imperialismo coletivo da tríade”. A classe política reunida atrás da bandeira estrelada está disposta, se necessário, a “sacrificar o projeto europeu” – ou ao menos a dissipar qualquer ilusão a esse respeito – mantendo-o em sua forma original: ser a subdivisão europeia do projeto atlantista. Mas Bush, como Hitler, não concebe outro tipo de aliados a não ser subordinados alinhados incondicionalmente. Essa é a razão pela qual importantes segmentos da classe política, inclusive de direita – mesmo que esses sejam em princípio defensores dos interesses do capital dominante – recusam o alinhamento aos Estados Unidos, como no passado a Hitler. Se há um possível Churchill na Europa, este poderia ser Chirac. Assumirá ele esse papel?

A estratégia do capital dominante pode se contentar com um “anti-europeísmo de direita”, que assumirá retóricas nacionalistas demagógicas (mobilizando, por exemplo, o tema dos imigrantes – do Sul, obviamente) enquanto de fato se submete às exigências de um liberalismo não especificamente “europeu”, mas mundializado. Aznar e Berlusconi constituem protótipos desses aliados de Washington. Também o são as classes políticas servis da Europa Oriental.

Conseqüentemente, acho a segunda opção de difícil sustentação. Ela é, no entanto, a opção dos principais governos da Europa – a França e a Alemanha. Expressaria ela as ambições de um capital suficientemente potente para ser capaz de emancipar-se da tutela dos Estados Unidos? Para essa questão não tenho resposta. É possível, mas eu diria intuitivamente pouco provável.

Essa opção é, contudo, a dos aliados contra o adversário norte-americano que constitui o principal inimigo de toda a humanidade. Digo aliados porque estou persuadido que, se persistirem na sua opção, eles serão levados a sair da submissão à lógica do projeto unilateral do capital (o liberalismo) e a procurar alianças à esquerda (as únicas que podem fortalecer seu projeto de independência com relação a Washington). A aliança entre os conjuntos dois e três não é impossível. Assim como não o foi a grande aliança anti-nazista.

Se essa aliança tomar forma, então ela deverá e poderá operar exclusivamente no quadro europeu? Serão os europeístas em sua totalidade incapazes de renunciar à prioridade dada a esse âmbito? Não acredito nisso, por-

que esse âmbito, tal como ele é e permanecerá, favorece sistematicamente a opção do primeiro grupo pró-americano. Será então necessário implodir a Europa e renunciar definitivamente a esse projeto?

Também não creio que isso seja necessário, nem mesmo desejável. Uma outra estratégia é possível: deixar o projeto europeu “congelado”, por algum tempo, em seu atual estágio de desenvolvimento, e desenvolver paralelamente outros eixos de alianças.

Eu estabeleceria nesse caso como prioridade absoluta a construção de uma aliança política e estratégica Paris-Berlim-Moscou – estendida até Pequim e Nova Déli se possível. Enfatizo o aspecto político, tendo por objetivo reestabelecer todas as funções do pluralismo internacional e da ONU. E o estratégico: construir em conjunto forças militares à altura do desafio norte-americano. Essas três ou quatro potências têm todos os meios para tal, tecnológicos e financeiros, reforçados por suas tradições militares. O desafio americano e suas ambições criminosas impõem esta aliança. Mas essas ambições são desmedidas, e isso deve ser demonstrado. A constituição de uma frente anti-hegemonista é, hoje, equivalente à constituição de uma aliança anti-nazista no passado: a prioridade.

Essa estratégia reconciliaria os “pró-europeus” dos grupos dois e três aos “não-europeus” de esquerda. Ela criaria então condições favoráveis à retomada ulterior de um projeto europeu, integrando provavelmente até mesmo uma Grã Bretanha libertada de sua submissão aos Estados Unidos e uma Europa oriental livre de sua cultura servil. Sejamos pacientes, isso levará muito tempo.

Não haverá nenhum progresso de qualquer projeto europeu que seja enquanto a estratégia dos Estados Unidos não for derrotada.

6. A Ásia emergente: novo questionamento da ordem imperialista?

- A Ásia das Monções (China, Coréia do Sudeste, Índia) reúne a metade da população mundial do planeta. Assim sendo, não podemos pensar um “outro mundo” (ou uma “outra mundialização”) sem pensar uma “outra Ásia”. Ora, o sistema ainda em vigor não é somente capitalista, ele é imperialista, e a Ásia ocupa uma posição de periferia dominada.

Os discursos dominantes pretendem precisamente que essa herança está sendo superada pela Ásia, que “recupera seu atraso” afirmando-se no sistema capitalista – e não rompendo com este –, e as aparências reforçam

essa visão de futuro. Com efeito, durante o último quarto de século essa Ásia registrou taxas de crescimento econômico notáveis, ao mesmo tempo em que todo o resto do mundo afundava na estagnação. Nas outras regiões periféricas do sistema vigente, houve a devastação das “políticas de ajuste estrutural” impostas com a violência que conhecemos na América Latina e na África, não apenas em termos de repartição social da renda, mas ainda com relação aos níveis de participação no mercado mundial. Na Ásia, se os “ajustes” à nova conjuntura global foram acompanhados por evoluções sociais desproporcionais, eles foram também associados a uma progressão notável da participação dos países em questão nos “mercados mundiais”. Uma projeção linear (mas trata-se aí de um método perigoso, quase sempre enganoso) permitiria concluir que estamos indo em direção a uma renovação do sistema capitalista mundializado, mais bem “equilibrado” (ou menos desequilibrado) em benefício da Ásia. Um capitalismo que perderia assim seu caráter imperialista, ao menos no que concerne à Ásia Oriental e Meridional, e talvez mesmo ao resto do terceiro mundo. Acrescentemos que, além disso, a região dispõe daqui por diante de importantes capacidades militares em vias de modernização e que a China e a Índia se tornaram potências nucleares.

O futuro “certo” que essa evolução traduziria é o de um mundo multipolar, organizado ao menos em torno de quatro pólos de poder (econômico e militar) equivalente, ao menos potencialmente: os Estados Unidos, a Europa, o Japão, a China. E talvez mesmo em torno de seis pólos, se acrescentarmos a Rússia e a Índia. O conjunto desses pólos e dos países e regiões diretamente associados a eles (o Canadá, a Europa Oriental, o sudeste da Ásia, a Coréia) reúnem a grande maioria dos povos do planeta. Esse sistema multipolar se distinguiria assim das formas sucessivas do desenvolvimento do imperialismo multipolar (até 1945) e depois monopolar (com a constituição do imperialismo coletivo da tríade) que reuniam somente uma minoria dos povos do mundo.

• Apesar do rigor aparente do encadeamento das deduções e da base de fatos sólida de partida, a análise sobre a qual se sustenta esse raciocínio me parece frágil, por inúmeras razões, ao menos duas principais.

Em primeiro lugar esse raciocínio não leva em consideração as políticas que Washington pretende desenvolver para colocar em xeque o projeto chinês. E como a Europa ainda sequer imaginou a possibilidade de romper com o atlantismo que a deixa a reboque dos Estados Unidos, e como por ra-

zões análogas e/ou particulares o Japão permanece indiferente com relação a seu protetor do outro lado do Pacífico, o imperialismo coletivo da tríade tem seus dias longe de estarem contados.

Em segundo lugar, a medida do “sucesso” somente pelas taxas de crescimento da economia permanece enganosa e a validade de sua projeção para além de alguns anos duvidosa. A busca do crescimento na Ásia depende de inúmeros fatores internos e externos que se articulam de maneiras diversas segundo, por um lado, os modelos estratégicos de modernização social escolhidos pelas classes dominantes locais e, por outro lado, pelas reações do exterior, isto é, da tríade. Um crescimento sustentado, de fôlego, capaz de melhorar de uma maneira sensível – e sentida como tal – os níveis de vida ainda muito baixos dos povos asiáticos, poderia garantir a manutenção da solidariedade nacional (herança positiva da revolução na China e no Vietnã) ou a sua construção em outras áreas (Índia e Sudeste da Ásia), mas exigiria uma coerência planificada das escolhas econômicas e dos meios políticos. Esta não pode ser o produto espontâneo dos modelos implementados atualmente, amplamente influenciados pela dogmática do capitalismo liberal. Acrescentemos que um tal crescimento exigiria um aumento considerável do consumo de energia (e de petróleo mais especificamente). Para além do que representaria uma evolução desse gênero do ponto de vista do equilíbrio ecológico do planeta, o conflito com os países da tríade imperialista, beneficiários exclusivos até o presente momento do conjunto de recursos do planeta, certamente se agravaría.

É necessário fazer uma análise concreta dessas interações entre fatores internos e fatores externos. E esta deve ser conduzida nos diversos âmbitos nacionais em virtude de as estruturas sociais e as heranças históricas serem muito diferentes de um país ao outro. Essa análise permitiria precisar as condições do “sucesso” eventual das diferentes vias que poderiam ser empregadas e por isso mesmo responder à nossa questão fundamental: a “recuperação do atraso” (ou qualquer outra forma alternativa de modernização) é possível em um quadro definido essencialmente pelas lógicas de acumulação capitalista?

- O discurso dominante atribui o sucesso (em termos de taxa de crescimento econômico) da China pós-maoísta unicamente às virtudes do mercado e à abertura externa. Esse discurso não somente simplifica de maneira

ulrajante a análise da realidade da China maoísta e pós-maoísta, mas ainda por cima ignora deliberadamente os problemas apresentados pela opção capitalista.

Durante as três décadas do maoísmo (1950 a 1980) a China já tinha registrado um crescimento excepcional, com taxas duas vezes maiores que as da Índia ou de qualquer outra grande região do terceiro mundo. Dito isto, as performances das duas últimas décadas do século parecem ainda mais extraordinárias. Nenhuma grande região do mundo jamais conseguiu fazer melhor.

Devemos, no entanto, recordar e destacar aqui que essas realizações sem igual não teriam sido possíveis na ausência das bases econômicas, políticas e sociais construídas ao longo do período precedente. A aceleração do desenvolvimento foi acompanhada por um salto para a frente das taxas de crescimento do consumo. Dito de outra maneira, enquanto no período maoísta a prioridade era concedida à construção de uma base sólida a longo prazo, a nova política econômica acentuou o aumento imediato do consumo, tornado possível pelo esforço anterior. Que a distorção em favor das construções das bases a longo prazo tenha caracterizado as décadas maoístas não é uma hipótese absurda. Mas, em sentido contrário, a ênfase colocada nas indústrias leves e nos serviços a partir de 1980 não pode durar indefinidamente, pois a China ainda se encontra em um estágio que exige a expansão de suas indústrias de base.

“Mercado” é um dos termos “coringa” das reformas ocorridas depois de 1980. Um outro termo é “abertura”. A questão da “abertura”, ou seja, da participação de um determinado país (a China, nesse caso) na divisão internacional do trabalho e em todos os outros aspectos da mundialização econômica (o recurso ao capital estrangeiro, a importação de tecnologias, a adesão às instituições de gestão da economia mundial) ou até ideológica e cultural, não pode ser resolvida nos termos polêmicos extremos – abertura ou fechamento! – nos quais os defensores dogmáticos do neoliberalismo triunfante tentam aprisionar o debate. Deixar-se cair nesse jogo trapaceado é seguramente colocar-se numa posição que torna impossível a discussão séria das verdadeiras opções que se oferecem a qualquer sociedade localizada geograficamente sobre o planeta.

É preciso, no entanto, saber gerir essas relações e ser até capaz de se aproveitar delas. Pois para acelerar o desenvolvimento, que implica de todo

modo uma certa dose de recuperação, é necessário empregar tecnologias mais avançadas (não vamos, obviamente, reinventar a roda!), logo, equipamentos (que podem ser importados); e é necessário pagar por meio de exportações. O que se pode oferecer no mercado mundial é evidentemente, nesse estágio, produtos que beneficiam da “vantagem comparativa” de sua grande intensidade em trabalho. Mas é preciso saber então que esse comércio desigual é uma exploração e que se aceita essa situação – provisoriamente – por falta de alternativa. Trata-se então de planejar primeiro as necessidades mínimas em importações que permitem maximizar o crescimento econômico e depois deduzir daí o tipo e o volume de exportações necessárias para cobrir essas necessidades. Esse mínimo de exportações necessárias – e não o máximo possível – não é nulo. Ele se tornou certamente muito superior ao que era em 1980. Não é absurdo que se tenha proposto uma reforma, em um primeiro momento, assumindo o desafio, concedendo uma certa prioridade às potenciais indústrias exportadoras capazes de responder o mais rápido possível.

O perigo surge quando o sucesso dessa opção leva a uma inversão da lógica que comanda a estratégia para um desenvolvimento digno desse nome. Esta implica uma submissão dos objetivos quantitativos do comércio exterior às exigências do projeto de desenvolvimento que fortalece a solidariedade social no interior e, portanto, a capacidade de se impor no exterior com o máximo de autonomia. A dogmática liberal propõe exatamente o contrário, ou seja, a inserção máxima na divisão internacional do trabalho fundada na prioridade concedida à expansão de atividades para as quais o país “se beneficia” da vantagem comparativa de sua mão-de-obra abundante. A primeira opção é a que chamei de “desconexão”, que significa a recusa da submissão à lógica dominante do sistema capitalista mundial, mas não a autarquia; a segunda é aquela do ajuste, sempre passivo na verdade (mesmo quando o qualificamos de “inserção ativa”) às exigências de integração ao sistema mundial.

A questão central é a seguinte: a China evolui em direção a uma forma estabilizada de capitalismo? Continua ela a ter uma perspectiva possível de transição para o socialismo? Não coloco essas questões em termos de “previsões” do mais provável. Eu as coloco em todos os outros termos: quais são as contradições e as lutas na China contemporânea? Quais são as forças e as fraquezas da via adotada (largamente capitalista)? Quais são os trunfos das forças anti-capitalistas (socialistas, ao menos potencialmente)? Em que condi-

ções a via capitalista pode triunfar, e qual forma de capitalismo mais ou menos estabilizado ela poderia produzir? Em que condições o momento atual poderia pender para direções que fariam dele uma etapa (longa) na transição (ainda mais longa) para o socialismo?

Devemos julgar as forças políticas pelo que elas fazem, e não pelo que elas dizem. O projeto real da classe dirigente chinesa é de natureza capitalista, e o “socialismo de mercado” torna-se um atalho permitindo implementar progressivamente as estruturas e as instituições fundamentais do capitalismo, reduzindo ao máximo os atritos e as dificuldades da transição para o capitalismo.

A questão é então saber se ela pode alcançar seus fins e quais seriam então as características (específicas ou não) do capitalismo chinês em construção, e especialmente qual seria seu eventual grau de estabilidade.

A estrutura, a natureza, a forma da construção capitalista e o seu grau de estabilidade são os produtos de “compromissos históricos”, das alianças sociais que definem os blocos hegemônicos que se sucedem na construção do sistema. A especificidade de cada uma das vias históricas (a inglesa, a francesa, a alemã, a americana...), definidas por suas sucessões, produziu por sua vez as particularidades das formas contemporâneas próprias a cada uma das sociedades capitalistas em questão. É porque esses trajetos – diferentes – foram bem sucedidos que o capitalismo nos países do centro do sistema mundial se encontra “estabilizado” (o que não é sinônimo de “eterno”!).

Quais são as possibilidades abertas à via capitalista na China de hoje? Alianças entre os poderes do Estado, a nova classe de “grandes capitalistas privados” (até então constituída principalmente por chineses do exterior, mas sem excluir a possibilidade de emergência de uma classe análoga de chineses da China), os camponeses das zonas enriquecidas pelos êxitos possibilitados pelos mercados urbanos e as classes médias em plena ascensão não são difíceis de imaginar: elas já acontecem. Mas ocorre que esse bloco hegemônico – ainda mais potencial que real – exclui a grande maioria dos operários e dos camponeses. Qualquer analogia com as alianças históricas construídas por determinadas burguesias européias com o campesinato (contra a classe operária), ou com o compromisso histórico capital-trabalho da social-democracia que veio em seguida, continua então a ser artificial e frágil.

Essa fraqueza de um bloco hegemônico pró-capitalista na China está na origem do difícil problema da gestão política do sistema. Deixo aos

ideólogos propagandistas vulgares americanos a tarefa de colocar um sinal de igualdade entre mercado e democracia. O capitalismo funciona, em determinadas condições, com uma prática política de forma democrática, enquanto é capaz de controlar seu uso e evitar as “derivas” (anti-capitalistas) que a democracia fatalmente comporta. Quando isso não é possível, o capitalismo simplesmente se livra da democracia e não deixa de “funcionar” por causa disso.

As possibilidades econômicas da via capitalista na China e o leque de formas de gestão política que a elas se associam dependem também – ao menos parcialmente – das condições de inserção desse capitalismo no sistema mundial de hoje e de amanhã. Não se trata aqui apenas dos aspectos econômicos dessa inserção. As dimensões geopolíticas do problema não são de menor importância. E como se sabe, nesse plano, os Estados Unidos proclamaram pelas vozes de Bush pai, Clinton e Bush filho que não irão tolerar a emergência de uma nova potência chinesa, mesmo que ela seja capitalista.

Tão importante quanto isso, senão mais, é o contraste que opõe o conjunto dos capitalismos periféricos (eles próprios diversos no espaço e no tempo) aos dos centros. Um contraste cuja forma se transformou de uma etapa à outra da expansão do capitalismo mundial sempre imperialista (no sentido de polarizador), mas que sempre se aprofundou. O futuro não é, nesse plano, diferente do passado e do presente, sendo a polarização imanente ao capitalismo. Não retomarei aqui as novas formas em construção do contraste centro/periferias, fundadas nos novos monopólios articulados dos centros (tecnologia, acesso aos recursos naturais, comunicações e informação, controle do sistema financeiro mundial, armas de destruição em massa) substituindo o monopólio simples da indústria das épocas anteriores. Nesse sentido a qualificação de “países emergentes” é uma farsa ideológica; trata-se de países que, longe de “recuperar o atraso”, constroem o capitalismo periférico do futuro. A China não é uma exceção.

Em contrapartida a esse modelo, que corresponde a uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo, sempre imperialista, a construção da alternativa socialista será longa, mais longa (e diferente) que as imaginadas pelas segunda e terceira Internacionais. E nessa perspectiva, um “socialismo de mercado” poderia constituir uma primeira fase. Mas há algumas condições para que assim seja, que formularei em três proposições.

A primeira é que formas de propriedade coletiva sejam criadas, mantidas e reforçadas ao longo de todo o processo de avanço social. Essas

formas podem, e devem, ser múltiplas: surgindo do Estado, das coletividades regionais, dos coletivos de trabalhadores ou de cidadãos. Mas para que possam operar com todas as responsabilidades que o respeito da troca mercantil exige é necessário que elas sejam concebidas como forma de propriedade autêntica (mesmo que não privada), não como expressões de poder mal definidas. A esse respeito, não aceito a simplificação em voga – inventada por Von Mises e Von Hayek – que confunde propriedade e propriedade privada. Essa redução/simplificação provém da confusão entre planificação centralizada à soviética e socialismo. Os dois adversários se situavam então num mesmo campo. Aliás, o domínio da propriedade coletiva não exclui o reconhecimento de um lugar para a propriedade privada. Não apenas a “pequena propriedade” local (artesãos, pequenas e médias empresas, pequenos comércios e serviços), mas mesmo da “grande empresa”, e até arranjos com o grande capital transnacional. Com a condição que os limites nos quais estes estejam autorizados a se mover sejam claramente definidos. Pois o exercício das responsabilidades de “proprietários” (Estado, coletividades e particulares) deve ser regulado. Essa segunda proposição é formulada aqui em termos vagos que não podem ser precisados a não ser que se tenha em conta ao mesmo tempo as exigências concretas dos momentos sucessivos da transformação e da perspectiva mais longínqua do objetivo socialista. Dito de outra maneira, é preciso compreender por regulação a combinação conflituosa entre as exigências associadas a uma acumulação de caráter capitalista (apesar do caráter coletivo da propriedade) e as da instauração progressiva dos valores do socialismo (a igualdade em primeiro lugar, a integração de todos os processos de mudança, o serviço público no mais nobre sentido do termo).

Minha terceira proposição diz respeito à democracia, que é evidentemente inseparável do conceito de emancipação. A democracia não é uma fórmula pronta e acabada, mas um processo sempre inacabado, o que me leva a preferir o termo democratização. Esta deve então combinar, em formulações cada vez mais complexas e ricas, as incontornáveis exigências de sua definição em termos de “procedimentos” precisos (em linguagem simplificada, o Estado de direito) e em termos “substanciais”, ou seja a capacidade dessa democratização de reforçar o impacto dos valores do socialismo nos processos de decisão em todos os níveis e em todas as esferas.

Para mim, a questão agrária está no cerne dos desafios da China contemporânea.

A população da China atingia em 2000 um bilhão e duzentos milhões de habitantes, dos quais dois terços em áreas rurais (oitocentos milhões). Uma projeção simples para 2020 (vinte anos) demonstra que seria ilusório, e até mesmo perigoso, crer que a urbanização reduzirá significativamente a população rural, mesmo que diminua sua proporção.

Um crescimento demográfico da ordem de 1,2% ao ano levará a população da China a um bilhão quinhentos e vinte milhões em 2020. Suponhamos que a China mantenha um forte crescimento de suas indústrias e dos serviços modernos localizados nas zonas urbanas, com taxas de 5% ao ano. Para atingir esse número, a modernização e as necessidades de competitividade certamente exigirão um crescimento produzido não exclusivamente por um modo de acumulação extensivo (as “mesmas indústrias e serviços”, mas em maior quantidade), mas por um modo parcialmente intensivo, associado a uma forte melhora da produtividade do trabalho (a uma taxa da ordem de 2% ao ano). O crescimento da oferta de empregos urbanos seria então de 3% ao ano, elevando a população urbana a 720 milhões. Esse número incluiria o mesmo volume de população urbana desempregada, ou com empregos precários e informais (e esse volume é importante). Contudo, sua proporção seria então bastante reduzida (o que já seria um belo resultado). Uma simples subtração mostra então que 800 milhões de chineses – o mesmo número que atualmente, mas em proporção reduzida de 67% a 53% da população total – continuariam na zona rural. Se forem condenados a emigrar para as cidades por não terem acesso à terra, eles apenas se somarão a uma população marginalizada em favelas, como é o caso há muito tempo no terceiro mundo capitalista.

Esse problema está longe de ser específico da China. Ele diz respeito ao conjunto do terceiro mundo, ou seja, 75% da população mundial. A “questão agrária”, longe de estar resolvida, está mais do que nunca no centro dos desafios da humanidade no século XXI. As respostas que serão dadas a essa questão moldarão de uma maneira decisiva o curso da história.

A China dispõe nessa esfera de um trunfo maior – a herança de sua revolução – que permitiria produzir um dos “modelos” possíveis do que é necessário fazer. O acesso à terra é efetivamente para a metade da humanidade um direito fundamental, e seu reconhecimento condição de sobrevivência. Esse direito, ignorado pelo capitalismo, não é sequer mencionado na Carta de Direitos da ONU! Mas ele é reconhecido até hoje na China (e no Vietnam). A ilusão suprema seria a de que renunciando a este direito, ou seja,

atribuindo à terra estatuto de mercadoria como sugerem todos os propagandistas do capitalismo na China e alhures, poderíamos “acelerar a modernização”.

A modernização da agricultura é uma das quatro modernizações formuladas por Zhou Enlai. Sua necessidade não significa em absoluto que o crescimento necessário da produção agrícola exija que se abandone o direito de todos à terra em benefício de uns poucos. Essa última escolha resultaria com certeza num grande crescimento da produção de poucos, mas teria como contrapartida a estagnação de muitos. A média que representaria esse crescimento para o conjunto dos camponeses que permanecerão no campo ou que emigrarão para as favelas correria o risco de ser medíocre a longo prazo.

Essa realidade não interessa aos defensores incondicionais do capitalismo. A acumulação e o enriquecimento de alguns é a única lei que esse sistema conhece; a exclusão dos “inúteis”, mesmo que sejam bilhões de seres humanos, não é seu problema. A história da China ao longo do último meio século demonstrou que uma outra via, visando incorporar o conjunto de camponeses no processo da modernização (que respeitaria o direito de todos à terra), pode gerar resultados vantajosos em relação à via capitalista (a comparação entre a China e a Índia é bastante instrutiva). Essa não é certamente a escolha mais fácil, pois as estratégias, meios de intervenção e formas institucionais que podem garantir a máxima eficácia desejável não estão dados de uma vez por todas, e nem são os mesmos em toda parte (nesse caso, no conjunto de regiões da China) e em todos os estágios da evolução.

Queiramos ou não, a questão agrária continua a ser um dos principais eixos do desafio da modernização. O próprio contraste centros/periferia é em boa parte produzido e reproduzido pelas escolhas da “via capitalista”, cujos efeitos sobre as sociedades da periferia foram e continuam a ser desastrosos. A “via camponesa”, articulada aos outros segmentos da organização de uma etapa “socialista de mercado”, constitui a única resposta adequada, capaz de fazer as sociedades do terceiro mundo saírem do “subdesenvolvimento”, da miséria crescente que se abate sobre bilhões de seres humanos, da insignificância do poder de seus Estados na cena internacional.

A herança da revolução chinesa pesa e continuará a pesar – positivamente.

“A China é um país pobre onde se vêem poucos pobres”. A China alimenta 22% da população mundial apesar de dispor somente de 6% das terras cultiváveis do planeta. Não é correto relacionar a origem desse verdadei-

ro milagre à antiguidade da civilização chinesa. Pois se é verdade que a China, até a revolução industrial, dispunha de um equipamento tecnológico mais avançado em seu conjunto do que o de todas as outras regiões do planeta, sua situação se degradou durante um século e meio e produziu o espetáculo de uma miséria em grande escala comparável à de países da periferia devastados pela expansão imperialista, como a Índia, entre outros. A China deve à sua revolução o fato de ter-se reerguido de forma notável. No outro extremo do leque de situações criadas pela expansão capitalista mundial eu situaria o Brasil: “um país rico onde só se vêem pobres”.

Poucos países do terceiro mundo são tão pobres quanto a China em termos de relação população/superfície cultivável. Somente são comparáveis, que eu saiba, Vietnam, Bangladesh e Egito, bem como algumas regiões da Índia e a ilha de Java, mas nem a Índia, nem a Indonésia em suas totalidades. Entretanto, na Índia, no Egito, em Bangladesh, assim como em toda a América Latina (exceto Cuba), o espetáculo de uma miséria incomensurável agride qualquer observador honesto. A razão desse sucesso da China é sem sombra de dúvida a revolução camponesa radical e o acesso igualitário à terra que esta garantiu.

A questão nacional ocupa igualmente uma posição central nos debates chineses e nas lutas políticas que opõem os partidários de diferentes linhas de evolução.

A China foi vítima da agressão imperialista ininterrupta por parte das potências ocidentais e do Japão de 1840 a 1949, como todas as demais nações da Ásia e da África. Seus agressores souberam estabelecer alianças com as classes dominantes reacionárias locais – “feudais” e “compradoras” (o próprio termo foi forjado pelos comunistas chineses), senhoras da guerra. A guerra de libertação conduzida pelo Partido Comunista devolveu à China sua dignidade e reconstruiu sua unidade (a única questão que permanece não solucionada até o presente momento é a de Taiwan). Todos os chineses sabem disso. Contudo, minha intuição é que os dirigentes do país responsáveis pela gestão econômica são mais inclinados para a direita e para o liberalismo, enquanto que os que administram o poder político estão lúcidos a respeito de um ponto que, para mim, é fundamental: eles geralmente consideram o hegemonismo de Washington como o inimigo número um da China (como nação e Estado, e não somente por ser um país “socialista”).

Os chineses têm bastante consciência do lugar que sua nação ocupou na história. O declínio de sua nação foi para eles insuportável. É por isso que a intelligentsia chinesa sempre voltou seus olhares para os “modelos” exteriores que lhe permitiam descobrir o que era preciso fazer para devolver à China seu lugar no mundo moderno. Após o 4 de maio de 1919 esse modelo era ou o do Japão (no qual se inspirava o Kuo Min Tang), ou o da Rússia revolucionária (que finalmente se impôs porque associava o combate contra o imperialismo a uma transformação social revolucionária que incorporava toda a população). Com o Japão em crise, a Rússia em decadência e a própria Europa se dedicando a imitar os Estados Unidos, a China corre o risco de só ver a modernidade e o progresso no “modelo americano”, que é, entretanto, o de seu adversário como há tempos atrás era o Japão. A China, grande nação, se compara sempre aos mais potentes. Não quero aqui subestimar os perigos gigantescos que esse olhar implica. Ele nutre na nova geração a ilusão da “amizade americana”. Ele contribui para fazer esquecer a importância decisiva da reconstrução de um internacionalismo dos povos para fazer recuar o hegemônismo agressivo dos Estados Unidos.

Nessas condições o futuro da China permanece incerto. A batalha do socialismo não foi ganha. Mas ela não foi (ainda?) perdida. E em minha opinião ela só estará perdida no dia em que o sistema chinês tiver renunciado ao direito de todos os seus camponeses à terra. Até lá, as lutas políticas e sociais podem desviar o curso dos acontecimentos. A classe política dirigente se empenha em dominar essas lutas através de um único meio, sua ditadura burocrática. Fragmentos dessa classe pensam igualmente em burlar por esse mesmo meio a emergência da burguesia. A burguesia e as classes médias em seu conjunto não se decidiram a lutar por uma democracia (“à americana”). Com exceção de alguns ideólogos, essas classes aceitam sem dificuldade o modelo da autocracia “à asiática”, desde que permita a realização de seus apetites de consumidores. As classes populares lutam no campo da defesa de seus direitos econômicos e sociais. Conseguirão elas unificar suas lutas, inventar formas de organização adequadas, formular um programa alternativo positivo e definir o conteúdo e os meios da democracia necessária?

Por isso, três grupos de cenários para o futuro em construção devem ser considerados. Esses três esquemas correspondem: (i) ao projeto imperialista de desmembramento do país e de “compradorização” de suas regiões litorâneas; (ii) a um projeto de desenvolvimento capitalista “nacional”; (iii) a

um projeto de desenvolvimento nacional e popular, associando de forma ao mesmo tempo complementar e conflituosa as lógicas capitalistas de mercado e as lógicas sociais inscritas em uma perspectiva socialista de longo prazo, da qual esse projeto constituiria a primeira fase.

A opção a favor do mercado desregulado ao extremo e da abertura máxima – ou seja, a dos liberais chineses e estrangeiros – segue o jogo da estratégia imperialista, acentuando os motivos de despolitização e de oposição surda das classes populares paralelamente ao reforço da vulnerabilidade exterior da nação e do Estado chineses. É evidente que ela não implica em democratização, mas ao contrário em afirmação do poder autocrático das classes dirigentes “compradorizadas”, conforme um modelo pretensamente “asiático”, de Singapura, do Kuo Min Tang e de outros partidos – oligarquias do mesmo tipo. Além disso, essa opção não faria a China deixar o estatuto de participante periférico dominado e subordinado às lógicas de desenvolvimento do novo imperialismo da tríade.

A diferença entre o segundo e o terceiro modelos poderia parecer difícil de identificar precisamente à primeira vista: um domínio afirmado das relações exteriores e dos modos de redistribuição que mantêm um nível aceitável de solidariedade social e regional. Mas de fato a diferença é de natureza e não de grau de potência dos meios da política de Estado. O verdadeiro debate encontra aqui seu fundamento principal. A opção progressista só pode ser fundada sobre uma prioridade para a expansão do mercado interno, a partir de relações sociais reguladas de maneira a reduzir as desigualdades sociais e regionais; e, em consequência, sobre a submissão das relações exteriores às exigências dessa lógica motriz. A opção contrária toma a inserção incessantemente aprofundada no sistema capitalista mundial como motor principal do desenvolvimento econômico. Essa opção é associada de uma maneira inevitável ao agravamento das desigualdades regionais e sobretudo sociais. Expressa nesses termos, a alternativa deixa somente uma margem estreita para uma opção de “capitalismo nacional” capaz de alcançar a longo prazo o mundo capitalista desenvolvido para fazer da China uma nova grande potência, ou até mesmo uma superpotência, forçando as demais (os Estados Unidos, ou a tríade Estados Unidos – Europa – Japão) a renunciar a seu hegemonismo. É pouco provável que algum poder político possa manter-se por bastante tempo nessa margem estreita, e logo, que uma estratégia inspirada por esse

objetivo possa evitar pender para a direita (submetendo-se ao plano imperialista) ou para a esquerda (evoluindo para o terceiro modelo).

Em conclusão: o império do caos e a guerra permanente

• No momento presente, o projeto americano de controle militar do planeta e de guerra permanente (preventiva de preferência) contra todos os recalcitrantes e os países “ameaçadores” a longo prazo (a China e alguns outros) é o único a ocupar toda a cena. Washington mantém ainda e sempre a iniciativa enquanto os outros poderes – quando não se submetem sem discussão ou mesmo por vezes com entusiasmo (comportamento esperado das classes servis da Europa Oriental e de certos países do terceiro mundo) – se satisfazem com protestos modestos, ou se resignam ao fato consumado.

A aplicação desse projeto, por mais delirante e criminoso que seja, prosseguirá para além mesmo de uma derrota eventual das camarilhas extremistas conservadoras reunidas por Bush Jr., pois é o projeto da maioria da classe dirigente dos Estados Unidos, democratas incluídos. Ora, enquanto esse projeto não for definitivamente derrotado, todos os avanços democráticos e sociais que as lutas podem conquistar aqui e ali serão vulneráveis e frágeis. O projeto de dominação dos Estados Unidos – a extensão da doutrina Monroe ao planeta inteiro – é desmedido. Esse projeto, que qualifiquei por esse motivo como Império do caos desde a queda da União Soviética em 1991, será fatalmente confrontado com as resistências crescentes das nações do antigo mundo que não aceitarão se submeter. Os Estados Unidos serão então levados a se comportar como o “Estado do Mal” por excelência, substituindo o direito internacional pelo recurso à guerra permanente (iniciado no Oriente Médio, mas que visa, para além deste, a Rússia e a Ásia), deslizando para o fascismo (a “lei patriótica” já concedeu à sua polícia, com relação aos estrangeiros – os “aliens” –, poderes similares aos da Gestapo).

Entretanto, o projeto não tem a simpatia de nenhum povo e incomoda certos poderes em países importantes: certamente não na “Europa” (que não existe), mas na França e na Alemanha, bem como na Rússia, na China e na Índia. Mas, nem uns nem outros opõem a esse projeto, até agora, nenhuma estratégia coerente e poderosa, à altura do desafio.

O movimento chamado de “altermundialista”, que exprime – parcialmente – os desejos dos “povos”, ainda não passou do estágio inicial, apesar dos progressos da consciência política e da participação das classes populares

registrados (por exemplo, o Fórum Social Mundial de Mumbai em 2004 em relação ao que o precedeu em Porto Alegre). Ele ainda não conseguiu nem se cristalizar em alternativa política de conjunto, nem mobilizar as principais forças sociais populares – operários e camponeses, povos inteiros em resistência contra o ocupante americano – sem a participação das quais o projeto americano não pode ser derrotado.

Os poderes constituídos que poderiam recusar o alinhamento às ambições de Washington também não têm visões políticas estratégicas alternativas capazes de promover uma aliança com bases sólidas. Eu diria que as responsabilidades da França e da Alemanha são provavelmente maiores nesse campo porque as iniciativas que esses dois Estados poderiam tomar encontrariam certamente ecos favoráveis na Rússia, na China, na Índia e provavelmente em outras partes do terceiro mundo e mesmo em outros países da Europa. O apoio ao voto no Conselho de Segurança antes da invasão do Iraque é testemunha disso. Mas em todos os países citados, as classes dominantes instituídas no momento presente permanecerão no mínimo hesitantes em bater de frente com os interesses não somente dos Estados Unidos, mas do imperialismo coletivo do qual participam a França e a Alemanha, e das burguesias da Rússia, da China e de alguns outros países, mesmo que sejam, no melhor dos casos, “nacionais” (e por isso “nacionalistas”) por oposição aos segmentos “compradorizados” dominantes em outras paragens.

O povo dos Estados Unidos tem certamente um papel a desempenhar nessa batalha gigantesca. Mas ele está mal preparado para assumir as responsabilidades. Sem dúvida, a coragem dos intelectuais e de outros que, no coração da besta, não hesitam em denunciar os crimes de seu governo, deve ser saudada com o maior respeito. Mas essa bela resistência não deve nos fazer esquecer que o “medo sistemático” (do estrangeiro em geral, do mundo inteiro, sempre suspeito de possível “terrorismo”) se apoderou do povo americano, vítima de uma maquiação midiática contra a qual está desarmado. Os pontos fracos da cultura política forjada na História dos Estados Unidos, as ilusões de seu povo a respeito da sua “democracia” – na realidade aniquilada em seu potencial de fazer progredir o espírito crítico – estão na origem dessas deficiências que não podemos subestimar.

• Quando o projeto delirante e criminoso de Washington tiver sido definitivamente derrotado, o horizonte se iluminará.

As mesmas coalizões que garantirem o sucesso dos povos nessa batalha gigantesca serão, por isso mesmo, portadoras de potenciais transformações positivas em todas as dimensões da realidade social e política, nacional e mundial. Elas serão capazes de formular estratégias adequadas para promover simultaneamente o aprofundamento da democracia e o progresso social. Criarão assim condições para avançar na construção de um autêntico sistema multipolar que reúna a maioria dos povos do planeta e que, deste modo, dê início a um futuro situado ao mesmo tempo além do capitalismo e do imperialismo. Elas demonstrarão que o capitalismo, tendo chegado a um estágio de senilidade, pode e deve ser ultrapassado, abrindo caminho para a longa transição em direção ao socialismo mundial.

É necessário abrir os debates sobre essas questões a partir de agora, ao mesmo tempo em que organizamos o combate contra o projeto americano. Os avanços nessas duas direções são complementares e permitirão reforçar as trincheiras dos povos em todos os combates a curto e a longo prazo. As organizações mais representativas do altermundialismo, as organizações e partidos políticos “de esquerda”, nos quais se reconhecem as classes populares, operárias e campesinas (sejam organizações que já existem e/ou que venham a ser criadas pelas lutas), constituem o tecido das forças sociais e políticas portadoras do futuro.

Não subestimo o papel dos intelectuais engajados nas propostas que faço aqui. Com a condição de que se distanciem das ideologias desarmantes do “pós-modernismo” em moda, bem como do “academicismo”, na condução das análises e nas “visões do futuro” delas decorrentes. Pois, para muitos, é grande a tentação de seguir raciocínios pretensamente “realistas” que na realidade estão mais próximos da “*real-politik*” dos donos do poder do que das necessidades do combate das classes populares.

Tomo como exemplo os infindáveis estudos dedicados à geometria das alianças e dos conflitos internacionais, bem como às sucessões diversas das novas “hegemonias” possíveis. Esses exercícios não são sempre desprovidos de interesse. Eles permitem, por vezes, identificar problemas mal vistos e localizar contradições vindouras. Mas só terão real interesse se forem diretamente ao cerne da questão: como construir alternativas eficazes e possíveis, que abram caminho para a longa transição para além do capitalismo e do imperialismo.